

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 25.11.2025

Aproveitar o posicionamento de Macau no 15.º Plano Quinquenal

A pedido do Governo da RAEM e com a aprovação do Governo Central, a Delegação Central de Divulgação chegou a Macau, recentemente, para divulgar o espírito da Quarta Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China a representantes de vários sectores da sociedade, a par de apresentar o desenvolvimento do País na nova era, bem como, os princípios orientadores, os principais postulados, os objectivos principais e as tarefas estratégicas do 15.º Plano Quinquenal. Neste momento crucial para a formulação do 3.º Plano Quinquenal e a transformação e modernização industrial de Macau, a visita proporcionou orientações a nível macro, permitindo à RAEM aproveitar melhor o seu posicionamento no desenvolvimento nacional.

O 15.º Plano Quinquenal do País não só visa promover o desenvolvimento socioeconómico de Macau, como também afirma claramente o apoio a Hong Kong e a Macau, para se integrarem e servirem melhor no panorama do desenvolvimento global do País. O Governo Central incentiva a RAEM a aprofundar a cooperação com o Interior da China nos domínios económico, comercial, científico, tecnológico e cultural, tirando pleno partido das vantagens únicas e do papel vital de Macau decorrentes do apoio da Pátria e da ligação ao mundo. Isto implica que a RAEM irá abraçar um palco mais amplo, demonstrando continuamente o seu papel estratégico como “um centro, uma plataforma, uma base”, avançando resolutamente na diversificação adequada da sua economia e esforçando-se por alcançar um desenvolvimento de alta qualidade.

A articulação com a conjuntura do desenvolvimento nacional é uma tendência geral, e a articulação com as estratégias nacionais de desenvolvimento para promover o desenvolvimento local é especialmente importante, pois só assim se pode transformar os projectos numa realidade. O ano de 2026 marca o início do 15.º Plano Quinquenal do País e do 3.º Plano Quinquenal da RAEM, assim, espera-se que, no processo da elaboração deste Plano, o Governo da RAEM, para além de assegurar a articulação com o 15.º Plano Quinquenal do País, possa seguir firmemente o espírito da argumentação científica, auscultando amplamente as opiniões dos diversos sectores da sociedade e tendo em conta a realidade de Macau, para este plano ter uma visão prospectiva e se adequar à situação real do território, tornando-se um projecto prático para orientar o futuro e alcançar consensos.

Espero que, aquando da elaboração do 3.º Plano Quinquenal, o Governo da RAEM possa desenvolver, com precisão, o posicionamento e as estratégias de desenvolvimento das indústrias, acelerando a materialização das medidas concretas para a integração Hengqin-Macau e dando importância à formação de quadros qualificados. Importa ainda otimizar o planeamento urbanístico, aperfeiçoar as infra-estruturas sociais e formar o cartão-de-visita “bela Macau”. Há

que aprofundar os trabalhos relacionados com a vida da população, para proporcionar aos residentes melhores garantias políticas em áreas como o emprego, a saúde, a educação, os cuidados a idosos e a habitação, fazendo com que estes se sintam mais felizes, seguros e realizados. É também preciso apostar na optimização do ambiente de negócios e dos serviços públicos, para tanto o *hardware* como o *software* da RAEM poderem responder às necessidades do desenvolvimento socioeconómico. Por fim, há que mobilizar as forças da sociedade e divulgar energias positivas para promover a participação e a construção conjunta, para que todos, de mãos dadas, contribuam para uma boa gestão, construção e desenvolvimento de Macau, dando cada um o seu melhor em prol do grande rejuvenescimento da nação chinesa, bem como da tranquilidade, da prosperidade e da estabilidade a longo prazo da RAEM!

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 25.11.2025

Promover o desporto e apoiar o desenvolvimento dos profissionais

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais concluiu-se com sucesso, e gostaria de dedicar as minhas calorosas felicitações aos atletas de Macau que lutaram, ultrapassaram os limites pessoais e obtiveram bons resultados, bem como os meus sinceros agradecimentos aos trabalhadores e voluntários, pois demonstraram o nosso espírito de união, colaboração e profissionalismo, bem como a capacidade global para a organização deste tipo de eventos desportivos de grande dimensão.

No relatório das LAG para o próximo ano, o Governo afirma que vai promover o desenvolvimento do desporto. Há dias, celebrou-se um acordo para estreitar a cooperação regional a nível do desporto entre Administração Geral do Desporto da China e os governos de Guangdong, Hong Kong e Macau.

Espero que o Governo dê mais apoio à formação e desenvolvimento dos atletas locais, e melhore de forma contínua, e através de diversas medidas, as condições para a preparação de jovens com potencial e o treino dos atletas, e reforce o plano de apoio financeiro para formação dos atletas e para os atletas reformados, assegurando-se assim o apoio e a protecção global dos atletas. Com a fusão entre o Instituto Cultural e o do Desporto, a sociedade espera que a coordenação das políticas e a integração dos recursos criem novas oportunidades de desenvolvimento, e promovam a descentralização dos recursos, o desporto para todos, e a criação dum ambiente de desporto para toda a população.

Por outro lado, o desenvolvimento de instalações desportivas continua a ser uma base crucial. Macau tem uma área limitada e é densamente povoada, o que resulta em espaço insuficiente para diversos fins, incluindo o exercício físico pelos residentes, as actividades pedagógicas ou extracurriculares, os campos de treino para atletas, etc. Para tal, tenho dado atenção ao assunto e sugerido o Governo que aumente o espaço desportivo e melhore as instalações. As autoridades vão disponibilizar, no próximo ano, três terrenos provisórios para fins desportivos. Mas, para além do campo de futebol de onze e da pista de atletismo a construir na Zona A dos Novos Aterros Urbanos, as instalações a disponibilizar em Nam Van e na Taipa vão ser em forma de “campo livre provisório”, consideravelmente básicas e com uma área reduzida. O Parque Desportivo para os Cidadãos, ainda em construção, não está também posicionado como um recinto profissional, sendo concebido principalmente para satisfazer as necessidades desportivas e recreativas dos residentes. Evidentemente, graças aos esforços do Governo, os espaços desportivos dos residentes e das escolas aumentaram, e esse trabalho merece reconhecimento. Mas continuam a existir limitações de espaço e de instalações para implementar programas de treino profissional, campos de treino para atletas e organização de eventos competitivos, em prol do desenvolvimento da indústria do desporto.

Quanto às infra-estruturas desportivas, sugere-se ao Governo que, para além de integrar e aproveitar as instalações desportivas profissionais existentes, estude de forma activa a articulação de uma parte do espaço do antigo Jockey Club com o Centro Desportivo Olímpico e outras instalações desportivas adjacentes, para proceder a uma actualização e a um planeamento a longo prazo, bem como proceda ao aperfeiçoamento das instalações desportivas e à articulação com a indústria turística e as instalações do COTAI, através de espaços e suportes adequados, atraindo assim efectivamente a realização de competições internacionais, de actividades de turismo desportivo e de espectáculos de grande envergadura, impulsionando o desenvolvimento diversificado da indústria e das fontes de turistas internacionais e aumentando a atractividade turística.

Para além da organização de competições, muitas regiões desenvolvem serviços profissionais desportivos de alto nível, construindo uma economia desportiva moderna com força motriz e competitividade. Espero que o Governo continue a aprofundar os trabalhos, de acordo com o rumo definido nas LAG, promovendo e atraindo a vinda de equipas desportivas de renome internacional; incentive as empresas locais a participarem na indústria desportiva, incluindo nas áreas de exploração e funcionamento de eventos, formação, e tecnologia e turismo desportivos, de modo a criar uma maior sinergia; aperfeiçoe o mecanismo de formação de talentos desportivos nas áreas de treinadores, medicina desportiva e aplicação da tecnologia; e reforce o intercâmbio e a cooperação inter-regional. Mais, através de diversas políticas, promova a generalização do Desporto para Todos, eleve o nível das competições e apoie o desenvolvimento a longo prazo da respectiva indústria, estendendo os efeitos sinérgicos e os benefícios sociais do desenvolvimento do desporto.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 25.11.2025

Materializar os Jogos Nacionais e o espírito de voluntariado, e o significado profundo da participação nos grandes eventos nacionais

No discurso proferido durante a cerimónia de encerramento da 15.^a edição dos Jogos Nacionais, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, afirmou que o evento demonstra, de forma vívida, a nova realidade da modernização da China na Grande Baía. Macau continuará a aproveitar as suas vantagens específicas, a integrar-se e a servir o desenvolvimento nacional, contribuindo para a construção de uma potência desportiva e o desenvolvimento integrado da Grande Baía. A este respeito, estou plenamente de acordo que, sendo o primeiro evento multidesportivo de grande envergadura a nível nacional organizado, desde o retorno de Macau à Pátria, em conjunto com o Interior da China, é uma prova abrangente que promove a integração de Macau no desenvolvimento nacional, a concretização dinâmica do princípio “um país, dois sistemas” e a elevação da capacidade de gestão da cidade, o que se reveste de grande significado.

De um modo geral, parece-me que o seu significado vai para além do desporto propriamente dito e contém três vertentes:

Primeiro, o significado reside no facto de os Jogos Nacionais demonstrarem as vantagens institucionais de Macau e a sua capacidade de gestão de grandes eventos.

Esta edição dos Jogos Nacionais constituiu a primeira prática institucionalizada em que Macau participou, profundamente, num grande evento multidesportivo de âmbito nacional. Desde o planeamento inicial e a coordenação interdepartamental, até ao funcionamento das instalações durante os Jogos, aos transportes, à recepção turística e ao apoio comunitário, tudo reflectiu, de forma abrangente, a capacidade de Macau para assumir missões nacionais no quadro de “um país, dois sistemas”. Através da cooperação com as cidades da Grande Baía, Macau acumulou experiências valiosas em áreas como a colaboração sinérgica, os padrões técnicos e a operação de instalações, estabelecendo uma base de governação mais sólida para a organização futura de eventos culturais, desportivos, económicos ou de convenções e exposições de maior escala.

Segundo, os Jogos Nacionais alargam a visibilidade internacional de Macau e promovem a integração industrial e o desenvolvimento a longo prazo.

Durante os Jogos Nacionais, Macau foi alvo de grande atenção dos meios de comunicação social do Interior da China e internacionais, o que permitiu ao público ver a capacidade geral, a tolerância cultural e a eficiência operacional da cidade na realização de grandes eventos, o que aumentou significativamente a sua marca e a visibilidade internacional. As competições também promoveram a integração profunda da cultura, do desporto e do turismo, trazendo uma nova dinâmica ao

fluxo de visitantes transfronteiriços, à concepção de roteiros turísticos, às actividades de intercâmbio cultural, etc., demonstrando o potencial de desenvolvimento da integração diversificada de “desporto, turismo, cultura, convenções e exposições”. Através da promoção de eventos, Macau aumentou a atractividade turística e também estabeleceu uma boa base para a futura cooperação internacional e a realização de eventos de grande envergadura, formando um “efeito de evento sustentável”.

Os Jogos Nacionais deste ano demonstraram o entusiasmo e o espírito de hospitalidade dos residentes de Macau. Nos bairros comunitários, nos transportes ou nos pavilhões, os residentes demonstraram, através das suas acções, a cultura da nossa cidade – de abertura, tolerância e disponibilidade para ajudar os outros; muitos voluntários contribuíram silenciosamente nos postos de trabalho - orientação, logística e informação, demonstrando o sentido de responsabilidade e o espírito de serviço de Macau. Os residentes e os voluntários foram pilares importantes para o bom funcionamento do evento, e a sua colaboração e dedicação demonstraram a literacia civilizada da cidade, sendo forças importantes para o sucesso do evento.

O sucesso dos Jogos Nacionais deste ano reflecte a capacidade institucional de Macau, o nível de governação urbana, a eficácia da cooperação regional e a literacia civilizada dos residentes. Espera-se que o Governo faça um bom balanço dos Jogos Nacionais, acumulando e transformando bem as suas experiências, e continue a promover Macau como palco de eventos de alto nível.

IAOD do Deputado Leong Pou U em 25.11.2025

Melhorar os espaços e as instalações de lazer em prol da utilização dos residentes

Nos últimos anos, o Governo tem melhorado as zonas de lazer e as suas instalações complementares, tendo desenvolvido, em fases, a remodelação e construção de instalações de lazer em Macau e no Cotai, alargando e melhorando os espaços recreativos para os residentes e criando um ambiente mais agradável e habitável.

Em resposta à escassez de recursos espaciais na Península de Macau, o actual Governo aproveitou os recursos comunitários existentes nas zonas de Toi San e da Ilha Verde para promover a remodelação abrangente de oito zonas recreativas na Zona Norte, ao mesmo tempo que impulsiona, continuamente, a construção do Corredor Verde da Margem Sul da Península de Macau. Há dias, a Zona 1 da 2.^a fase desse Corredor foi aberta ao público, com novos espaços para actividades desportivas e de lazer. Ali, há um auto-silo que oferece cinco horas de estacionamento gratuito para facilitar o acesso ao local. O ambiente agradável e confortável tem sido aclamado pelo público. Mas segundo alguns residentes, a falta de serviços de autocarro causa inconvenientes para quem não tem carro. Além disso, como apenas a Zona 1 está actualmente aberta ao público, enquanto as Zonas 2 e 3 continuam em construção, certas instalações, como a pista de corrida, são insuficientes para satisfazer as necessidades dos entusiastas do desporto.

Espero que os serviços competentes, tendo em conta a abertura e utilização desta zona, aperfeiçoem, gradualmente, os transportes públicos, aumentem as carreiras e as paragens de autocarros, para facilitar a sua utilização. Ao mesmo tempo, deve-se reforçar o ordenamento do ambiente envolvente, melhorar as instruções e avançar, o mais rápido possível, com as obras das Zonas 2 e 3, para que as mesmas sejam abertas ao público o mais cedo possível, satisfazendo, assim, as necessidades da população em termos de espaços desportivos, recreativos e de lazer.

A margem sul da Península de Macau é um importante corredor turístico que liga o Centro de Ciência, o Centro Cultural, o Centro Ecuménico Kun lam, a Torre de Macau, as Portas do Entendimento e a Barra, possuindo ricos recursos turísticos e de lazer. Actualmente, os residentes que circulam entre a 1.^a fase da Zona de Lazer da Marginal da Estátua de Kun lam e as obras da 2.^a fase do projecto de corredor verde entre a Ponte Governador Nobre de Carvalho e as Portas do Entendimento em curso, só podem usar os passeios da Avenida Dr. Sun Yat-Sen. Espero que os serviços competentes estudem o aproveitamento do terreno situado no lado leste da Zona B para o planeamento das obras do novo corredor verde costeiro da margem sul, em articulação com as obras das 1.^a e 2.^a fases e, ao mesmo tempo, o aproveitamento do acesso entre as zonas A e B para que o corredor verde costeiro da margem sul da península de Macau e o corredor verde

costeiro da Zona A dos novos aterros se interliguem, no sentido de criar um espaço de lazer de melhor qualidade para a população.

A ciclovia na Zona de Lazer da Marginal da Taipa e a ciclovia “Flor de Lótus” são bons locais de lazer e desporto. Essas duas ciclovias estão ligadas agora por uma via – passeio, com cerca de 500 metros de comprimento. Segundo alguns residentes, a sinalização da ciclovia no referido troço de ligação foi recentemente cancelada, por razões que ainda não foram divulgadas. Na verdade, o IAM tem vindo a planear, há vários anos, a ligação dessas duas ciclovias através de uma ponte, mas até ao momento, ainda não se registou qualquer avanço. Na resposta a uma interpelação, o IAM afirma que está a efectuar a concepção da “Obra do troço de ligação entre aquelas ciclovias – Serviços de elaboração de projecto e de prospecção geotécnica”; e que devido à adopção de um novo modelo para essa ponte, é necessário estudar prudentemente sobre os diferentes projectos, as despesas de manutenção, entre outros factores, e manter a comunicação e a coordenação com os serviços competentes, para assegurar a sua viabilidade.

Espero que os serviços competentes definam, quanto antes, o projecto de construção, ligando as duas ciclovias, para criar um ambiente desportivo mais seguro e confortável.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 25.11.2025

Melhorar o mecanismo que incentiva os talentos científicos e tecnológicos a ficarem em Macau e promover a transformação desses resultados

A inovação científica e tecnológica é a primeira força motriz que conduz ao desenvolvimento, e a sua importância é cada vez mais evidente. Com o forte apoio do Governo, a capacidade de investigação científica nas instituições de ensino superior de Macau continua a aumentar e, mediante “perguntas apresentadas por empresas, e respostas dadas por instituições de ensino superior” e da “Plataforma de Emparelhamento *Online* Indústria-Academia-Pesquisa”, os resultados de investigação científica em Macau são levados a um patamar mais elevado.

De facto, desde a pesquisa básica de laboratório até à experimentação e depois à aplicação industrial, trata-se de um processo de ligação e acumulação ao longo do tempo, sendo muito importante a participação contínua de talentos. Com o aumento estável da qualidade do ensino superior, as instituições de ensino superior de Macau já formaram um grupo de doutorandos com capacidade de investigação científica de ponta. Durante a frequência do curso, este grupo tornou-se a força principal da equipa de investigação científica, participando e promovendo, de forma activa, os trabalhos de investigação e desenvolvimento das tecnologias de ponta.

No entanto, ainda há espaço para melhorias nos resultados de investigação científica, desde o laboratório até à cadeia de transformação industrial. Alguns pós-graduados do curso de doutoramento, depois de concluírem os seus estudos, devido à falta de um mecanismo eficaz de articulação e de vias de desenvolvimento para permanecerem em Macau, saem daqui e deslocam-se para o Interior da China ou outras regiões mais atractivas. Assim, as equipas de investigação das instituições de ensino superior de Macau, mesmo dispondo de ideias, tecnologia e visão sobre a investigação e o desenvolvimento, têm dificuldade em formar uma equipa de investigação local estável e nuclear, devido à falta de mecanismos de retenção. Isto faz com que muitos resultados técnicos potenciais se mantenham apenas na fase de tese ou patente, o que desfavorece a valorização da indústria local, e enfraquece a estabilidade e a competitividade do ecossistema da inovação tecnológica de Macau.

Neste momento, enquanto Macau planeia activamente a construção de um parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias, torna-se ainda mais necessário estabelecer um modelo de desenvolvimento “baseado em quadros qualificados locais, complementado por especialistas externos”, desbloqueando toda a cadeia de “formação, retenção e aproveitamento de quadros qualificados”, criando condições para formar uma estrutura de equipas diversificada e complementar, atraindo activamente o regresso a Macau de quadros qualificados do exterior, permitindo que as empresas, instituições de capital de risco e capital industrial reforcem a sua confiança no investimento, promovendo a transferência de projectos de qualidade dos laboratórios

universitários para o parque industrial, criando oportunidades de emprego mais diversificadas e de melhor qualidade, e promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Optimizar o regime de captação de quadros qualificados: as autoridades planeiam lançar, ainda neste ano, a terceira fase do “Programa de captação de quadros qualificados”. Sugiro que seja dado apoio focalizado a estudantes que estão a frequentar o doutoramento nas instituições de ensino superior de Macau, cujas direcções de investigação se alinhem com o desenvolvimento das principais indústrias de Macau e tenham concluído a componente lectiva principal e as avaliações de qualificação, podendo ser incluídos no âmbito de candidatura ao programa, o que permitirá a Macau captar, antecipadamente, quadros qualificados de investigação científica, medida que contribuirá para garantir a sustentabilidade das equipas locais de investigação científica, concretizando um ciclo virtuoso de “formar em Macau, reter em Macau, transformar em Macau”.

2. Promover a criação do “Programa de incentivo ao regresso de quadros qualificados de investigação científica”: com base no nível hierárquico dos quadros qualificados e na fase de desenvolvimento das empresas, devem ser concebidos critérios escalonados de subsídio e mecanismos de incentivo. Para além dos talentos líderes de topo, deve ser criado um nível específico dirigido aos técnicos-chave de nível intermédio, atraindo amplamente os quadros qualificados com potencial e experiência prática, reforçando a reserva de quadros qualificados em inovação e tecnologia de Macau, promovendo a integração profunda de experiências e tecnologias transregionais, e injectando um novo dinamismo no desenvolvimento da indústria tecnológica de Macau.

IAOD dos Deputados Leong On Kei e Ma Chi Seng em 25.11.2025

Dar continuidade aos efeitos dos Jogos Nacionais e promover o desenvolvimento do desporto

Há dias, encerrou-se com sucesso a 15.^a edição dos Jogos Nacionais da RPC. Nesta edição dos Jogos Nacionais, os atletas de Macau quebraram o seu recorde de zero medalhas de ouro e conquistaram três medalhas de ouro e duas de bronze, estabelecendo o melhor resultado de sempre da participação de Macau nos Jogos Nacionais. O excelente desempenho dos atletas de Macau é uma demonstração viva do apoio do Governo da RAEM ao desenvolvimento do sector desportivo ao longo dos tempos, o que aumentou significativamente o orgulho e a coesão da população em geral, e escreveu um novo capítulo no sector desportivo de Macau.

A fim de desenvolver ainda mais o efeito de impulso global dos Jogos Nacionais, apresentamos as três sugestões seguintes:

Primeiro, há que continuar a promover o desenvolvimento do desporto de rendimento e do desporto para todos. Nestes Jogos Nacionais, a modalidade de karaté tornou-se a marca de ouro do desporto de Macau. O facto de os atletas de Macau possuírem o calibre para competir ao lado da elite nacional demonstra a eficácia dos esforços do Governo da RAEM no desporto. No futuro, espero que o Governo continue a aumentar o investimento de recursos, a reforçar a formação e a selecção sistemáticas de jovens talentos desportivos e a elevar, de forma abrangente, os níveis competitivos dos atletas de Macau. Há que também promover, após o evento, a abertura ao público em geral das instalações desportivas utilizadas nos Jogos Nacionais, concretizando assim o conceito de “todos nos Jogos Nacionais”, promovendo a prática de exercício físico por toda a população e melhorando a sua aptidão física, para alcançar “saúde e felicidade para todos”.

2. Promover a integração profunda de “Desporto+Cultura+Turismo”. Os Jogos Nacionais não são apenas um evento desportivo, mas também uma importante plataforma para o intercâmbio cultural e a promoção turística. Nesta edição, sobrepondo-se ao Grande Prémio de Macau, o Governo criou um modelo integrado de “locais de competição como pontos turísticos, assistir a competições como turismo”, transformando os eventos emocionantes em supermeios de integração profunda entre “cultura, desporto e turismo”. Em conjugação com actividades como o “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, entre outras, foi efectivamente dinamizado o consumo comunitário. No futuro, o Governo deve, com base nisso, desenvolver mais itinerários turísticos desportivos com características de Macau, produzindo um efeito multiplicador integrado de “promover o turismo e a cultura através de competições”, com vista a ampliar, de forma contínua, a influência da marca do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

3. Aprofundar a cooperação sinérgica entre Guangdong, Hong Kong e Macau e aumentar a força coesiva para o desenvolvimento regional. Os Jogos Nacionais deste ano, sob o tema “Juntos na Grande Baía, Juntos nos Jogos Nacionais”, decorreram com sucesso de forma “simples, segura e maravilhosa”, demonstrando as vantagens institucionais do princípio “Um País, Dois Sistemas” e da força da cooperação regional. Com base nisto, a Administração Geral de Desporto do Estado, o Governo da Província de Guangdong, e os Governos da RAEHK e da RAEM assinaram, no dia 21 de Novembro, o “Acordo sobre o reforço da cooperação desportiva e a promoção do desenvolvimento integrado”, para promover ainda mais a cooperação aprofundada entre as três partes nas áreas do desporto de rendimento, desporto para todos, indústria desportiva, desporto juvenil, tecnologia e cultura desportivas, etc.

A Zona de Competição de Macau aproveitou com sucesso a janela nacional desses Jogos para contar ao mundo as histórias de Macau, da Grande Baía e da China. Devemos dar continuidade ao conceito de “organizar bem um evento e elevar uma cidade”, empenhando-nos na implementação do referido “Acordo”; continuar a aprofundar a sinergia e a interacção cultural e desportiva da Grande Baía, aproveitando o desporto como elo de ligação; e transformar os resultados do evento numa força motriz contínua para promover o desenvolvimento de Macau a longo prazo, em prol da construção, em conjunto, de uma cidade mais dinâmica e feliz.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 25.11.2025

Promover oportunamente a actualização do plano director, em prol da construção de novas zonas culturais e tecnológicas

Promover a construção de um País forte nas áreas cultural, científica e tecnológica é um importante rumo de desenvolvimento traçado no 15.º Plano Quinquenal do País, e o “Bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau” e o “Parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias de Macau”, incluídos nos 4 projectos importantes determinados pelo Governo, são instrumentos cruciais para o efeito. Os locais escolhidos para o Bairro são um lote a leste da Torre de Macau e a Zona C, onde vão ser construídos o Museu Nacional de Cultura de Macau, o Centro Internacional de Artes Performativas de Macau e o Museu Internacional de Arte Contemporânea, e o conteúdo do Parque industrial vai ser divulgado em breve. Trata-se de um importante suporte para concretizar as quatro expectativas e promover a diversificação adequada da economia, em alinhamento com o posicionamento estratégico previsto no 15.º Plano Quinquenal e os objectivos da “promoção da integração profunda da cultura e do turismo, e de independência e autofortalecimento da ciência e alta tecnologia”, sendo um passo oportuno e crucial para uma maior integração no desenvolvimento nacional.

É de salientar que, segundo o “Plano Director Urbanístico Geral (2020-2040)”, para um equilíbrio, no âmbito de trabalho e habitação, entre a Península de Macau e a Taipa, a zona C dos Novos Aterros será sobretudo destinada a habitação e a zonas comerciais. Com a implementação do projecto estratégico da “zona cultural”, é necessário proceder à avaliação e ao ajustamento do planeamento urbanístico, tendo em conta os novos objectivos de desenvolvimento. Segundo a Lei n.º 12/2013 (Lei do planeamento urbanístico), o plano director deve ser revisto de cinco em cinco anos a contar da data de entrada em vigor, ou quando a execução de projectos de grandes empreendimentos públicos exerça uma influência relevante sobre as finalidades dos solos ou a disposição do planeamento geral. Os quatro projectos, nomeadamente, o local anunciado para a construção da “Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau” e o “Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau”, são empreendimentos públicos de grande envergadura, com grande importância estratégica, e cuja dimensão e função vão, sem dúvida, ter grande impacto na finalidade dos terrenos das respectivas zonas, estando em plena conformidade com as condições previstas na lei para o início da revisão do plano urbanístico.

O Plano director urbanístico é um documento legal orientador para a finalidade dos terrenos, portanto, há que adaptá-lo às grandes necessidades estratégicas de desenvolvimento, tendo em conta a evolução dos tempos, e, para além de se insistir na rigidez dos procedimentos de planeamento, deve-se ainda manter a devida flexibilidade, com vista a melhor distribuir o espaço e a servir o

desenvolvimento a longo prazo da RAEM. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Sugere-se ao Governo que inicie, quanto antes, a revisão do Plano director vigente, para que haja tempo suficiente para a posterior elaboração dos planos de pormenor, recolha de opiniões sobre plantas de condições urbanísticas e construção das obras, a fim de garantir o avanço ordenado do calendário de construção dos projectos da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau e do Parque Industrial de Investigação das Ciências e Tecnologias de Macau.

2. Sugere-se que, na próxima fase, aquando da pormenorização do plano concreto, se reforce a ligação espacial e a sinergia funcional entre a nova “zona cultural” e o Centro Histórico, nomeadamente, a zona cultural do lado leste da Torre de Macau, e a criação de uma rede de transportes públicos e de um sistema pedonal que facilite a ligação entre a Barra, o Lago Sai Van, a Colina da Penha e o Porto Interior, a fim de concretizar a circulação do fluxo de visitantes entre as novas construções e os bairros antigos, maximizando assim o efeito impulsionador das zonas culturais.

3. Sugere-se técnicas de construção e normas de operação de baixo carbono na Zona Cultural. Há que recorrer à integração profunda dos conceitos de construção com zero carbono, conservação de energia e redução de emissões, e materiais verdes no “design” do pavilhão e na gestão posterior, para transformar esta Zona em projectos-piloto de infra-estruturas verdes em Macau, como parque científico e tecnológico sem fumo e zona cultural de zero carbono. Deve-se aproveitar estas instalações culturais verdes e de baixo carbono como veículo e estudar a possibilidade de as apetrechar com uma rede de transporte verde e inteligente, por exemplo, apenas com a circulação de veículos eléctricos e de hidrogénio, entre outros movidos a novas energias, bem como de transportes públicos, para criar um caminho de desenvolvimento sustentável e de alta qualidade para a construção de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, contribuindo, assim, para a concretização do objectivo nacional de “duplo carbono”, com os projectos concretizados com a sabedoria e prática de Macau.

IAOD do Deputado Ho Kevin King Lun em 25.11.2025

Rever o mecanismo de prestação de caução nos procedimentos de aquisições, para equilibrar a gestão de riscos e a participação ampla

Ao apresentar, na Assembleia Legislativa, o Relatório das LAG para 2026 intitulado "Reformar com firmeza, elevar a eficiência, enfrentar juntos os desafios para promover a diversificação", o Chefe do Executivo fez saber que o Governo está a promover activamente quatro grandes projectos de obras: o da Cidade Universitária Internacional e o do *Hub* de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas estão a ser desenvolvidos de forma ordenada, enquanto o do Bairro internacional turístico e cultural integrado e o do Parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias encontram-se em consulta pública.

Durante a promoção dos respectivos trabalhos, é inevitável haver muitas aquisições e procedimentos de vistoria, pagamento e manutenção, envolvendo diferentes tipos de concursos, por exemplo, para obras, locação de bens e aquisição de bens ou de serviços. O lançamento de vários concursos públicos relativos aos quatro grandes projectos vai, com certeza, trazer grande dinamismo à sociedade e à economia, entretanto, a respectiva adjudicação pode resultar, eventualmente, na necessidade de recrutamento por empresas adjudicatárias, o que contribuirá muito para aumentar a confiança no mercado e na economia.

Com os trabalhos proactivos desenvolvidos no âmbito executivo e legislativo, a Lei da Contratação Pública foi aperfeiçoada este ano, por isso, o concurso público é obrigatório quando o valor estimado da adjudicação para a locação de bens ou a aquisição de bens ou serviços é igual ou superior a 4 milhões e 500 mil patacas. Desta forma, a contratação pública pode ser feita de acordo com os princípios da transparência e da publicidade, permitindo a participação dos fornecedores qualificados e efectivando a concorrência leal, para que um leque mais amplo de empresas interessadas possa participar no concurso, e para que mais empresas qualificadas de grande dimensão e até pequenas e médias empresas possam assim aproveitar esta oportunidade de desenvolvimento na nova era de Macau, crescendo de forma saudável.

A Lei da Contratação Pública não só fornece a melhor solução para a "participação", como também clarifica o regime de caução provisória e definitiva. A caução provisória destina-se a garantir o cumprimento das obrigações do candidato ou do concorrente emergentes da apresentação da candidatura ou da proposta; a caução definitiva destina-se a garantir o cumprimento das obrigações contratuais por parte do adjudicatário. Para além do depósito em dinheiro, a caução pode ainda ser prestada por garantia bancária, entre outras formas. A definição do regime de garantia pode exigir eficazmente o cumprimento das promessas e obrigações por parte dos concorrentes, garantindo que a entidade responsável pelo concurso não seja prejudicada pela violação contratual por parte da empresa

adjudicatária, diminuindo o risco do concurso público. Em regra, a caução provisória não pode ser superior a 2% do valor estimado da adjudicação, sendo a caução definitiva de 5% do preço total da adjudicação. As percentagens da caução prestada são geralmente reconhecidas por todos os sectores da sociedade.

No entanto, a Lei da contratação pública também estipula que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, é autorizada a fixação de um outro montante para a caução prevista nos dois números anteriores. A obscuridade de casos excepcionais pode até esvaziar o sistema criado sob os princípios da transparência e da publicidade, e constituir obstáculos para as PME; aliás, a Lei da contratação pública não estabelece prazo para a caução provisória, e caso a entidade responsável pelo concurso não proceda à adjudicação definitiva, as cauções provisórias dos candidatos ou concorrentes serão apreendidas, afectando a liquidez dos mesmos.

Assim sendo, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Incentivar os serviços públicos, os organismos autónomos e as empresas de capitais públicos a fixar um valor adicional à “caução provisória” ou à “caução definitiva” para efeitos de aquisição pública e, para além da apresentação dos motivos da participação, deve-se ainda verificar, atempadamente, o impacto resultante da fixação deste valor por parte da entidade responsável. Se, por causa disso, o número das empresas concorrentes for afectado, a intenção original de participação ampla prevista na Lei da contratação pública é então violada.

2. A “caução definitiva” é a última garantia da entidade adjudicante, sendo razoável a regra de que, se não houver outro valor definido, esta é de 5 por cento do valor total da adjudicação. É incontestável a regra de que a “caução provisória” é de 2 por cento do valor total da adjudicação, mas a Lei da contratação pública não estipula nenhum prazo do respectivo depósito, não havendo, entre a aceitação da proposta e “caução provisória” e a adjudicação definitiva e devolução da “caução provisória”, nenhum limite temporal para a entidade adjudicante. Assim sendo, se a empresa concorrente é suficientemente grande, se calhar pode prestar a caução através de garantia bancária, mas se se tratar de uma PME, isto iria restringir significativamente a mobilidade dos seus fundos, obstruindo o desenvolvimento das empresas concorrentes. Sugere-se que as entidades adjudicantes fixem prazos razoáveis para os procedimentos do concurso público, abertura de propostas, avaliação de propostas e adjudicação definitiva, permitindo que as empresas concorrentes possam, atendendo ao seu próprio desenvolvimento e planos de utilização de fundos, decidir sobre a sua participação, a fim de evitar que as entidades adjudicantes se tornem num “lamaçal de fundos” com um depósito excessivo dos fundos da sociedade, afectando assim o ambiente de investimentos e a confiança no mercado.

Resumindo, perante um período de recessão económica, a missão prioritária do Governo é “estabilizar as empresas e promover a retoma”. Há que estimular a

dinâmica do mercado através de um mecanismo de adjudicação, eficiente, científico e de boa-fé, e que, em paralelo, equilibrar a “gestão de riscos” e o “amplo acesso”, com vista a concretizar os princípios da transparência e da publicidade da Lei da contratação pública.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 25.11.2025

Salvaguardar a vitalidade dos mercados, e promover a sua transformação e desenvolvimento

Os mercados tradicionais são muito importantes para a vida da população, e espelham a azáfama, a agitação e o calor humano da cidade, pois uma pequena oferta dos vendedores, como um molho de cebolinho, está cheia da inteligência do povo. Um estudo de 2024 da Associação de Consumidores da China revela que os consumidores chineses apresentam diferenças geracionais consideráveis na escolha dos canais para a compra de alimentos frescos. No grupo com mais de 55 anos, 76,3 por cento preferem os mercados tradicionais, enquanto no grupo com idade entre 18 e 35 anos, 71,5 por cento favorecem supermercados ou compras *online*. Isto permite ver que as preferências de consumo dos jovens estão a remodelar o futuro dos mercados.

Com a rápida mudança do ambiente económico, a sobrevivência e o desenvolvimento dos mercados tradicionais de Macau enfrentam vários desafios. As políticas do Governo têm vindo a reduzir o espaço de exploração dos mercados e, com a liberalização da venda de carne de porco, a concorrência tornou-se mais forte. As bancas de carnes fora dos mercados municipais podem conseguir lucro através da venda de outros produtos, mas as bancas nos mercados não, porque estão sujeitas à exclusividade. Assim, cada vez mais residentes compram carne fresca nos supermercados, e o espaço de sobrevivência das bancas dos mercados é cada vez mais pequeno.

Actualmente, os direitos de exploração das bancas dos mercados municipais estão restritos aos próprios arrendatários e não podem ser alienados (ou registados novamente). Caso o operador faleça ou cesse as suas actividades, a banca deve ser recuperada pelo Governo e novamente licitada publicamente. Isso obriga muitos vendedores idosos a continuarem a operar de forma independente, apesar da diminuição da sua capacidade física. Mais, a falta de unidades de medida uniformes nesses mercados — com algumas bancas a usar quilogramas e outras a usar libras — dificulta a comparação de preços pelos consumidores e aumenta a probabilidade de disputas nas transacções. Os operadores têm discutido com o Governo sobre isto, mas o progresso na alteração dos regulamentos em causa é lento, deixando a questão sem solução até hoje.

Para o efeito, apresento as seguintes sugestões:

1. A implementação de um esquema duplo para introduzir novos operadores: por um lado, pode atrair empreendedores com conceitos de negócio criativos e inovadores para se estabelecerem. São oferecidas rendas preferenciais abaixo do valor de mercado para apoiar o arranque, a fim de reduzir os requisitos de ingresso. Esta concessão deve estar sujeita a um prazo claramente definido (por exemplo, um a dois anos), após o qual o seu desempenho operacional deve ser avaliado.

Esta abordagem incentiva o empreendedorismo, permitindo ainda que os recursos das bancas sejam reciclados, beneficiando assim novos operadores. Por outro lado, para novos operadores dispostos a pagar rendas iguais ao valor do mercado, as restrições desnecessárias à variedade de produtos vendidos devem ser minimizadas. Deve ser-lhes permitido exercer criatividade e perspicácia comercial, diversificando as suas operações comerciais, para enriquecer o teor e a atracção dos mercados municipais.

2. Prestar apoio adequado aos proprietários das bancas existentes, a fim de garantir que possam continuar a explorar as suas actividades e a manter, assim, a função comunitária e o sentimento humano do mercado, podendo considerar-se a possibilidade de autorizar a alienação das bancas dos mercados. Ao mesmo tempo, deve definir-se um processo de pedido mais simplificado e adequado aos operadores de pequena dimensão, e criar um fundo de garantia e transformação para os vendedores dos mercados, com vista a proporcionar-lhes uma garantia de transição para a aposentação, formação para a reconversão profissional ou apoio para a criação de negócios, concretizando o objectivo de “proteger os idosos”.

3. Unificar os critérios de medição, reforçar a supervisão do mercado, criar canais claros de apresentação de queixas, garantir a equidade e a transparência das transacções e melhorar a experiência de consumo.

Para promover a diversificação da exploração, e a modernização e elevação da competitividade dos mercados, há que criar um ambiente limpo e seguro para as compras, mas também evitar remodelações superficiais que careçam de actualizações substanciais de conteúdo. Há que otimizar, de forma plena, a distribuição dos recursos e o ambiente comercial, mobilizar as diversas partes para revitalizar os mercados, e criar um novo tipo de mercados que satisfaça a orientação do futuro desenvolvimento urbano e permita a integração e a partilha entre residentes e turistas.

IAOD do Deputado Chan Lai Kei em 25.11.2025

Assegurar a vida e a segurança da população nas zonas comunitárias durante os grandes eventos

No Relatório das LAG de 2026, o Governo define claramente o apoio a Macau na organização de mais conferências e actividades internacionais de turismo e de cultura, envidando esforços para a criação de eventos turísticos emblemáticos, por exemplo, continuar a integrar actividades do Ano Novo Lunar no enquadramento do “Feliz Ano Novo Chinês”. Prevê-se que, durante o Ano Novo Lunar do próximo ano, Macau continue a tradição de organizar uma série de actividades festivas, tais como a parada de celebração do Ano Novo Chinês, os espectáculos de Fogo-de-Artifício e a instalação das zonas de queima de panchões, com vista a enriquecer a experiência dos visitantes e a dinamizar o consumo nos bairros comunitários.

Contudo, com o avanço da obra costeira da margem sul, as zonas envolventes já deixaram de ser adequadas para a queima de panchões, zonas estas que, no próximo ano, vão concentrar-se na Taipa, e a sua área também vai ser aumentada. As bancas para a venda de panchões, fogo-de-artifício e foguetes vão aumentar para seis, e o número de lugares de estacionamento provisórios também vai aumentar, para responder ao aumento previsto do fluxo de pessoas.

O Governo tem-se empenhado na melhoria do ambiente festivo, atraindo, através de eventos, o fluxo de pessoas e transformando-o em benefícios para a economia comunitária, o que merece o reconhecimento da sociedade. Mas, ao promover eventos, tem de cumprir o princípio de "dar prioridade aos residentes e ter por base a segurança", implementando uma gestão precisa das actividades públicas de alto risco. Assim, sugiro o seguinte:

1. Reforçar a monitorização do ruído e garantir a tranquilidade da população. Ao longo dos anos, têm sido frequentes as queixas contra o ruído provocado por actividades quotidianas. Segundo as estatísticas, em 2024, foram apresentadas 10 554 queixas de ruído, no entanto, a percentagem de autuações, pelos serviços responsáveis pela execução da lei, por ruído repentino e não contínuo foi muito baixa (cerca de 1%). O barulho gerado pela queima de panchões é muito superior ao ruído do dia-a-dia, afectando directamente os moradores, sobretudo os que trabalham por turnos e precisam de descansar. O facto de a zona de queima de panchões na Taipa passar a ser a única em Macau vai agravar as preocupações da comunidade com o ruído, assim, sugiro ao Governo que instale equipamentos de monitorização do ruído em tempo real nos edifícios à volta da referida zona, para recolher dados, servindo, assim, de fundamentos científicos para o acompanhamento e a avaliação subsequentes.

2. Aperfeiçoar o planeamento do trânsito e criar mais canais de comunicação nos bairros comunitários. A 15.^a edição dos Jogos Nacionais que acabou de encerrar teve lugar no mesmo período do Grande Prémio de Macau, portanto,

podemos ver que os eventos de grande envergadura constituem um grande desafio em termos de escoamento de trânsito e gestão do fluxo de pessoas. Durante a realização destes eventos, as diversas medidas provisórias podem afectar, a curto prazo, a vida dos moradores nas proximidades. Tendo em conta o aumento da área da zona de queima de panchões e que é a única, bem como a experiência do passado, sugiro ao Governo que divulgue antecipadamente o plano de entrada e saída desta zona e as medidas complementares de trânsito, para ouvir amplamente as opiniões da sociedade, e que crie um mecanismo específico de comunicação comunitária, por exemplo, abra uma linha temporária ou crie uma plataforma *online*, para os moradores poderem apresentar de imediato os problemas de ruído, trânsito, higiene ambiental, poluição do ar, entre outros, e os serviços competentes acompanharem e responderem rapidamente, introduzindo atempadamente melhorias e ajustamentos, para assegurar a circulação ordenada do fluxo de pessoas e veículos durante as actividades, reduzindo assim as perturbações causadas pelos eventos nos bairros comunitários, e concretizando o princípio de “ter por base a população”, preconizado nas LAG.

3. Reforçar as acções de formação sobre segurança dirigidas aos operadores das bancas, para prevenir a ocorrência de acidentes. A instalação da zona de queima de panchões é feita de acordo com o plano elaborado pelo IAM e com a avaliação profissional do Corpo de Bombeiros, mas, a consciência dos operadores das bancas de venda de panchões sobre a segurança é também essencial. Sugiro que o IAM e o Corpo de Bombeiros exijam a participação de todos os trabalhadores das bancas na formação de segurança contra incêndios, aumentando os seus conhecimentos sobre o risco de incêndio e a sua capacidade de resposta a emergências, para assegurar que as medidas de segurança contra incêndios são implementadas.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 25.11.2025

Optimizar as medidas de apoio à integração Macau-Hengqin e criar um ambiente de vida convergente

De acordo com os dados dos Serviços de Estatística da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (adiante designada por Zona de Cooperação), até Setembro de 2025, havia 29 714 residentes de Macau a trabalhar e a viver nessa Zona, um aumento de 18,4 por cento face ao período homólogo do ano passado, e, na sequência disso, o número de pessoas que atravessam diariamente a fronteira também aumentou. Entre 1 de Janeiro e 1 de Setembro de 2025, o número de pessoas que atravessaram o Posto Fronteiriço de Hengqin foi de 19,08 milhões, representando um aumento de 33,5 por cento em comparação com o mesmo período do ano passado. Destes, 4,81 milhões eram residentes de Macau, registando-se um aumento de 54,3 por cento, em termos homólogos

Segundo alguns residentes, no Posto Fronteiriço de Hengqin, apenas o átrio de partidas de Macau disponibiliza uma passagem exclusiva para os residentes de Macau, ao passo que o átrio de partidas de Hengqin só dispõe de passagens exclusivas para determinadas pessoas na zona de controlo de segurança. Na realidade, muitos residentes de Macau têm de esperar bastante tempo na passagem da fronteira, especialmente nos feriados prolongados ou mais importantes, quando há longas filas de espera, o que constitui um incómodo para os residentes que precisam de se deslocar diariamente de e para o outro lado da fronteira.

Além disso, facilitar o acesso dos residentes de Macau às consultas médicas na Zona de Cooperação é uma das prioridades das LAG para o próximo ano. As autoridades estão a promover, gradualmente, 545 tipos de medicamentos de Macau para serem utilizados em instituições médicas específicas, incluindo o Posto de Saúde do “Novo bairro de Macau”, o que pode satisfazer, de certo modo, as necessidades dos residentes de Macau que lá vivem. No entanto, os residentes estão mais preocupados com a possibilidade de o Posto de Saúde do “Novo Bairro de Macau” prestar serviços médicos regulares similares aos dos Centros de Saúde de Macau, sobretudo de análises sanguíneas regulares, para criar um ambiente de convergência com Macau.

Quanto às medidas para a circulação de veículos com matrícula única de Hengqin na província de Guangdong, segundo o Governo, os serviços competentes do Governo Central concordam com esta medida, e as notícias e avisos serão divulgados em breve. No início da implementação da política, apenas as pessoas que vivem, moram, trabalham e se encontram a criar empresas na Zona de Cooperação é que podem requerer a passagem de veículos para a província de Guangdong, e muitos residentes de Macau estão ansiosos por ver a sua concretização com a maior brevidade possível.

É de salientar que “desempenhar melhor o papel pioneiro” e “elevar o nível da integração entre Hengqin e Macau” são instruções importantes proferidas pelo Presidente Xi Jinping, no final do ano passado, durante a sua visita a Macau e à Zona de Cooperação Aprofundada. O Governo deve adoptar uma atitude mais activa, continuando a comunicar e a coordenar com os serviços competentes de Hengqin a implementação dessas instruções, a fim de criar um espaço de vida conveniente e de qualidade para os residentes de Macau em Hengqin e promover a construção de alta qualidade entre Macau e Hengqin.

Pelo exposto, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Com o contínuo aumento do número de utilizadores do Posto Fronteiriço de Hengqin, surgem frequentemente situações de “longas filas” durante feriados prolongados e períodos festivos, pelo que sugiro que o Governo reforce a comunicação e coordenação com os serviços competentes, de modo a aperfeiçoar as medidas de passagem fronteiriça do Posto Fronteiriço de Hengqin e criar um canal de entrada e saída exclusivo para residentes de Macau, do lado de Hengqin, à semelhança do já existente para pessoas específicas, com vista a reduzir o tempo necessário para a passagem fronteiriça diária dos residentes de Macau que residem na Zona de Cooperação.

2. Para além de promover a utilização de mais medicamentos de Macau no posto de saúde do Novo Bairro de Macau, sugere-se que o Governo trate, quanto antes, do problema do transporte transfronteiriço de sangue, a fim de permitir o serviço regular de colheita de sangue naquele posto de saúde. A curto prazo, sugere-se que se coordene com a Filial de Hengqin do Hospital Afiliado n.º 1 da Universidade de Medicina de Guangzhou, com vista a enviar sangue àquele hospital para efeitos da análise laboratorial, criando condições para a prestação do serviço de colheita de sangue pelo posto de saúde do Novo Bairro de Macau. Mais, há que estudar a viabilidade de prestar mais serviços, criando, para os residentes que vivam na Zona de cooperação, um ambiente conveniente que verdadeiramente se aproxima da vida de Macau.

3. Sugere-se que as autoridades publiquem a regulamentação sobre a circulação dos veículos de única matrícula em Guangdong, sobretudo no que diz respeito à fase inicial da sua implementação em que só são admitidos os veículos de pessoas que vivam, residam, trabalhem ou montem o seu negócio na Zona de Cooperação, há que saber se há quotas ou restrições do número das deslocações, assim como as informações relativas aos procedimentos de candidatura, a fim de satisfazer a expectativa razoável dos residentes.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 25.11.2025

Aumentar o investimento no consumo e reforçar a distribuição de recursos para estabilizar a confiança da sociedade no desenvolvimento

Recentemente, a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico referiu que, até 2 de Novembro, o Grande Prémio de Consumo gerou negócios em 1,06 mil milhões de patacas nos bairros comunitários, com 260 milhões de patacas em cupões de desconto, injectando novo dinamismo à economia comunitária. Este ano, o Governo lançou duas rondas do Grande Prémio de Consumo, com valor aplicado próximo de 800 milhões de patacas, impulsionando, eficazmente, o consumo na comunidade e aumentando a confiança das PME na exploração dos seus negócios. A sociedade concorda e reconhece, de certo modo, o lançamento do grande prémio de consumo pelo Governo, mas é um facto indiscutível que o consumo continua a enfraquecer, por isso, espero que o Governo continue a promover o desenvolvimento económico dos bairros comunitários, reforce a racionalidade, a cientificidade e a precisão na distribuição de recursos e envide todos os esforços para assegurar a estabilidade do desenvolvimento económico de Macau.

Devido aos múltiplos impactos decorrentes da fuga de consumo, da economia de internet e da mudança do consumo, a economia comunitária de Macau já não é tão próspera como antes. O espaço de negócios das lojas físicas está cada vez mais estreito, a pressão sobre a exploração está a aumentar, as oportunidades para ganhar dinheiro são menores, as empresas que se conseguem aguentar estão numa situação muito difícil, e muitas empresas até optam por fechar os seus negócios por sofrerem prejuízos consideráveis, por isso, há muitas lojas desocupadas em Macau. No entanto, dadas as mudanças na conjuntura global, esta situação verifica-se em Macau e em Hong Kong, onde há também muitas lojas encerradas, incluindo cadeias de lojas e as lojas antigas, entre outras. Claro que o novo Governo dá grande importância à economia comunitária e à melhoria da qualidade e aumento da quantidade das PMS, tendo reforçado constantemente o investimento nos recursos, por exemplo, promove a economia comunitária com propriedade intelectual internacional, subsidia a renovação das instalações e dos equipamentos das empresas, lançou o plano de bonificação de juros, cria marcas, etc., para impulsionar ainda mais o desenvolvimento das empresas.

No entanto, é de salientar que as empresas têm problemas de competitividade, e, note-se que ser maior e mais forte é um factor importante para o desenvolvimento das empresas. Nos primeiros três trimestres deste ano, Macau recebeu 30 milhões de visitantes, número semelhante ao registado no período homólogo de 2019, e podemos dizer que o mercado turístico de Macau continua a registar um desenvolvimento vigoroso, só que a estrutura dos visitantes sofreu mudanças, por isso, quanto à economia comunitária, há que deixar a mentalidade antiga e atrair os novos grupos de consumidores das classes média e alta através de novos modelos, formando um modo de desenvolvimento que passa de pontual

para abrangente, em colaboração com as seis empresas de lazer, para promover plenamente o desenvolvimento de alta qualidade da economia de Macau.

Assim, sugiro o seguinte:

1. O grande prémio para o consumo surte bons efeitos em termos de estímulo e promoção do consumo nos bairros comunitários e é muito importante para aumentar a confiança de consumo. O Governo da RAEM deve, se as condições financeiras permitirem, estudar o lançamento de novos planos de subvenção no consumo, sobretudo a eventualidade de, atendendo à alteração estrutural do consumo dos residentes e turistas, tomar como referência as medidas do Interior da China, no sentido de aumentar os planos de subvenção e benefícios específicos para produtos electrónicos, electrodomésticos, refeições, etc., com o objectivo de continuar a estimular a economia comunitária, estabilizando a confiança no desenvolvimento social.

2. Com as novas tendências de desenvolvimento, como consumo no exterior, circulação dos veículos de Guangdong em Hong Kong, popularização das lojas online, etc., o mais urgente é aumentar a competitividade da economia comunitária. Para além de aumentar a capacidade de exploração das empresas, o Governo precisa de criar cenários de consumo diversificados para dar uma rápida resposta às alterações conjunturais. O Governo tentou criar, na zona norte, uma rua onde se centralizassem lojas de ouro, medida que, sob a devida publicidade, surtiu efeito de estímulo. Sugere-se o alargamento da mentalidade, no sentido de aprofundar o desenvolvimento dos bairros característicos, criando, com base na referida rua, bairros, por exemplo, da gastronomia do Sudeste Asiático, de produtos electrónicos inovadores, de moda, etc., com vista à transformação e optimização do desenvolvimento da economia comunitária.

3. O mercado turístico de Macau continua muito vivo. Naturalmente, com a distribuição desequilibrada dos recursos de turismo, a estrutura do consumo apresenta-se também desequilibrada, logo, é necessário aproveitar o papel das empresas do sector de lazer para maior sinergia no mercado, aumentando e reforçando o atractivo do mercado. Sugere-se que, quanto aos atractivos para os turistas, se reforce a fusão entre os recursos turísticos dos bairros comunitários e os das empresas do sector de lazer, criando, por exemplo, itinerários com nova experiência turística que partam dessas empresas para os bairros comunitários, a fim de aumentar a precisão da distribuição dos recursos e a respectiva eficiência, formando-se assim um novo modelo de desenvolvimento, com o objectivo de promover o desenvolvimento de alta qualidade da economia turística de Macau.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 25.11.2025

Melhorar de forma atempada o “Subsídio por contratação de Jovens à Procura do Primeiro Emprego”

Nos primórdios da transferência da soberania de Macau, para aliviar as dificuldades dos residentes no acesso ao emprego, o Governo elaborou, em 2004, o “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados”, o qual tem desempenhado um papel importante na promoção da estabilidade do emprego local. O referido regulamento entrou em vigor há mais de 20 anos e parte do seu conteúdo pode já não corresponder às necessidades do desenvolvimento económico e social de Macau, nomeadamente, o reforço para apoiar os jovens no acesso ao emprego.

Segundo o “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados”, por exemplo, os critérios do subsídio para a contratação de jovens à procura do primeiro emprego, com idade inferior a 26 anos e sem experiência profissional, são os seguintes: doze mil patacas, a pagar em seis prestações mensais, por contratação de jovem que possua como habilitação académica o ensino secundário completo, ou seja, duas mil patacas por mês; e quinze mil patacas, a pagar em seis prestações mensais, por contratação de jovem com formação académica superior, ou seja, duas mil e quinhentas patacas por mês. Como se sabe, do ponto de vista da teoria do poder de compra, em relação às duas mil e quinhentas patacas de há 20 anos, hoje, o poder de compra é certamente menor. Em comparação, o “Plano de financiamento para carreiras profissionais dos jovens de Macau na Grande Baía”, cujo período de candidaturas se iniciou em Outubro deste ano, concede um montante de apoio de 5000 patacas por mês, por um período máximo acumulado de 18 meses, tendo o limite de idade sido alargado para os 35 anos. Este plano demonstra a determinação e o empenho do Governo em incentivar os jovens a integrarem-se no desenvolvimento regional, mas, simultaneamente, evidencia que o regime vigente em Macau está relativamente desactualizado.

Pelo exposto, sugiro que o Governo tome como referência o referido plano para proceder a uma revisão sistemática e a uma actualização do “Regulamento dos incentivos e formação aos desempregados”, aumentando, racionalmente, o “subsídio por contratação de jovens à procura do primeiro emprego” e flexibilizando, adequadamente, as condições etárias, a fim de melhor corresponder às necessidades reais dos jovens de Macau na obtenção do seu primeiro emprego.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 25.11.2025

Aperfeiçoar as vigentes políticas de habitação em prol do bem-estar para todos.

“Viver e trabalhar em paz” é a pedra basilar do desenvolvimento da sociedade e do bem-estar da população, sendo também a expectativa mais básica dos residentes. Macau é um território pequeno, com elevada densidade populacional e recursos habitacionais limitados, pelo que a utilização racional dos recursos habitacionais existentes é fundamental para resolver os problemas de habitação.

No passado, o Governo da RAEM procurou, através de um sistema habitacional multifacetado e específico, satisfazer as necessidades habitacionais dos diferentes estratos sociais, estabelecendo a política das “cinco classes de habitação”, composta principalmente por habitação social, económica, privada, “habitação para a classe intermédia” e “residências para idosos”. O foco actual da política, nomeadamente na exploração e no aperfeiçoamento da “habitação para a classe intermédia” e das “residências para idosos”, demonstra que o Governo está a envidar esforços para colmatar as lacunas do sistema de garantia existente, de modo a responder às necessidades reais do desenvolvimento social.

No entanto, face ao impacto do ambiente macroeconómico, muitos residentes consideram ser oportuno proceder a ajustamentos à política actual das “cinco classes de habitação” e, ao mesmo tempo, a diferença de preços entre a habitação económica e a habitação privada está a diminuir, o que torna o problema da “habitação para a classe intermédia” cada vez mais evidente. Tendo em conta as mudanças socioeconómicas registadas no período pós-epidemia, a política das “cinco classes de habitação” deve ser redefinida, de forma a acompanhar a evolução da sociedade.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Atendendo ao actual ambiente social e às necessidades da população, o Governo deve proceder à revisão global da política actual das “cinco classes de habitação” e realizar um estudo sobre as necessidades habitacionais adequado ao desenvolvimento do território.

2. Quanto à habitação social, acelerar o estudo sobre a redução dos requisitos para a candidatura a cuidadores, entre outros apoios complementares; e aperfeiçoar a troca de habitação económica e ajustar, de forma científica, a proporção das tipologias e o mecanismo de fixação de preços, para que as necessidades habitacionais possam fluir de forma ordenada.

3. Ponderar a articulação das políticas de habitação com as políticas demográficas, tais como a do incentivo à natalidade, designadamente, dar prioridade aos recém-casados ou famílias com filhos menores na candidatura à

habitação económica, ou atribuindo-lhes um subsídio para as rendas por fases. Aproveitar as vantagens da cooperação entre Guangdong e Macau e, através dos projectos-piloto “passar a velhice no exterior” e “promoção da interligação de benefícios”, dar mais escolhas e facilidades aos residentes de Macau, especialmente aos idosos, para viverem na Grande Baía.

4. Proponho ao Governo que crie e actualize periodicamente a base de dados sobre as necessidades habitacionais dos residentes de Macau e que, através da análise dos dados, actualize de forma dinâmica o número, a tipologia e o calendário da construção das habitações de diferentes classes, para evitar a distribuição inadequada de recursos e o desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Por último, espero que o Governo da RAEM, através de um planeamento científico e de uma qualidade rigorosa, assuma o controlo e apoie as políticas intersectoriais, no sentido de criar um ambiente habitacional verdadeiramente habitável, sustentável e dinâmico para os residentes.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 25.11.2025

Dar continuidade à eficácia dos Jogos Nacionais para desenvolver o “Desporto +”

A 15.^a edição dos Jogos Nacionais, organizada conjuntamente por Guangdong, Hong Kong e Macau, terminou com sucesso na semana passada. Este evento desportivo não só revelou o nível competitivo de topo, como também estimulou o entusiasmo do público pelo desporto, promovendo o desenvolvimento diversificado do “desporto +”, aprofundando a cooperação regional e injectando um novo dinamismo na “economia de eventos” de Macau.

Durante as competições, os atletas de Macau deram o seu melhor, competiram com determinação, e bateram recordes de Macau em várias modalidades. O seu excelente desempenho nos jogos não só comprova o progresso contínuo do nível desportivo de Macau, mas também serve de exemplo para as novas gerações. Espero que atletas e treinadores mantenham o espírito e atinjam um novo patamar no futuro. Ao mesmo tempo, desejo sinceramente aos atletas de Macau que irão participar nos Jogos Paralímpicos que consigam superar-se a si próprios e demonstrar o seu melhor desempenho, mostrando o valor diversificado e as possibilidades infinitas do desporto.

Em Macau, as modalidades de ténis de mesa e voleibol foram muito bem acolhidas, e a realização simultânea de outros eventos, como o Festival de Gastronomia e o Grande Prémio, originaram experiências ricas aos visitantes, demonstrando plenamente o encanto único da integração intersectorial de “Desporto + Turismo + Gastronomia”. Para potenciar a eficácia do “Desporto+” e impulsionar a construção de Macau como uma cidade desportiva vibrante, apresento as seguintes seis sugestões:

1. Consolidar os eventos emblemáticos e expandir o conteúdo das modalidades. O Governo deve reforçar a cooperação com os sectores envolvidos, continuando a otimizar eventos icónicos como as Taças Mundiais da Federação Internacional de Ténis de Mesa, o Grande Prémio e a Maratona Internacional, e introduzindo proactivamente novas modalidades desportivas, com vista a atrair grupos de visitantes diversificados para Macau e reforçar a atractividade a longo prazo de Macau enquanto “Cidade do Desporto” .

2. Impulsionar o turismo desportivo e promover a interacção entre as indústrias. Devemos aproveitar a tendência de “viagem para eventos desportivos”, em conjugação com os eventos de Macau; integrar exposições e espectáculos culturais e artísticos, as atracções comunitárias e os recursos gastronómicos; conceber produtos turísticos com características próprias, e aumentar a experiência dos turistas e a sua permanência em Macau, para produzir a dupla eficácia de “Desporto + Turismo”.

3. Prolongar o valor dos eventos desportivos e impulsionar a economia comunitária. Devemos aproveitar a economia de eventos e a potencialidade das indústrias culturais e criativas, para alargar a cadeia industrial através dos direitos e interesses dos bilhetes, benefícios de consumo e produtos culturais e criativos com características próprias, impulsionar as oportunidades comerciais nos bairros comunitários e explorar novos pontos de consumo para o desenvolvimento coordenado do desporto e da economia.

4. Aperfeiçoar os recintos e instalações e otimizar os serviços complementares. Há que melhorar a construção dos recintos desportivos e das instalações adjacentes, aumentando a capacidade de organizar competições internacionais e aperfeiçoando os serviços complementares, como transportes, alojamento, etc., a fim de oferecer aos turistas e atletas uma experiência mais agradável e conveniente.

5. Reforçar a formação de talentos e generalizar o desporto. Há que apoiar o desenvolvimento profissional dos atletas e treinadores locais e promover a integração do desporto nos bairros comunitários e escolas, incentivando os residentes, sobretudo com os filhos a praticarem desporto, criando, na sociedade, uma atmosfera de exercício físico para todos.

6. Aprofundar a cooperação regional e criar, em conjunto, uma plataforma desportiva. Há que reforçar a cooperação entre as cidades da Grande Baía no tocante à organização de competições, formação de talentos, desenvolvimento industrial, etc., a fim de criar, em conjunto, uma plataforma para eventos desportivos a nível internacional, aumentando a competitividade regional da indústria do desporto.

IAOD dos Deputados Chao Ka Chon e Kou Ngong Seng em 25.11.2025

Liderar Macau para se integrar e servir melhor a conjuntura do desenvolvimento nacional com os quatro projectos de obras

Na quarta sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foi proposto apoiar Macau a integrar-se e a servir melhor a conjuntura do desenvolvimento nacional, tratando-se de uma proposta encorajadora. Macau encontra-se num período de reconversão, passando de um crescimento decorrente da recuperação para um desenvolvimento de alta qualidade, pelo que é necessário potenciar as próprias vantagens para servir as necessidades do País, razão pela qual o Governo propõe quatro projectos de obras de grande envergadura, para impulsionar a diversificação adequada da economia.

Segundo o Relatório das LAG, os quatro projectos de obras estão a ser realizados de forma programada. A obra de ampliação do Aeroporto Internacional de Macau está em curso, a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau e o parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias de Macau já entraram na fase de recolha de opiniões, e a Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin está a ser promovida de forma faseada. Estes projectos de grande envergadura são o novo motor que impulsiona o futuro desenvolvimento de Macau, por isso, Macau deve partir do ponto de vista de articulação com a estratégia de desenvolvimento de longo prazo do País, reforçando os efeitos sinérgicos de todos esses projectos, para maximizar o papel de “melhor integração e prestação de serviços ao desenvolvimento nacional”. Assim sendo, propomos o seguinte:

1. Criar uma plataforma aberta ao exterior e de um nível mais elevado

Macau precisa de reforçar o seu papel de “suporte complementar + atractivo internacional”, isto é, tomar a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau como suporte nuclear, criando, sob a conjugação com o Museu Nacional da Cultura de Macau, o Centro Internacional de Artes Performativas de Macau e o Museu Internacional de Arte Contemporânea, entre outras instalações culturais, “uma Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural, com Predominância da Cultura Chinesa”. Ao mesmo tempo, há que realizar as vantagens únicas de Macau ao nível do intercâmbio entre as culturas chinesa e portuguesa, reforçando o seu papel relevante como ponte entre elas. Mais, há que acelerar a construção do *Hub* de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas, para criar, através do alargamento da rede de itinerários internacionais e em conjunto com os outros aeroportos da Grande Baía, um “conjunto de aeroportos de classe mundial”, a fim de atrair mais turistas internacionais, contribuindo, mediante as vantagens de Macau ao nível da interligação internacional, para a formação de um novo enquadramento de desenvolvimento do País.

2. Criar um local de concentração de talentos internacionais de alto nível

Através da “Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin”, Macau desempenha um papel importante na formação de talentos, desenvolvendo o efeito de aglomeração para atrair talentos internacionais de alto nível e, baseando-se nos quatro laboratórios de referência do Estado, promover uma cooperação aprofundada entre as instituições de ensino superior locais e as de renome internacional, e aperfeiçoar ainda mais o mecanismo de “introdução de talentos + formação de talentos + regresso”. Propomos o melhoramento do sistema de introdução de talentos e a criação de fundos adicionais para o desenvolvimento dos mesmos; o reforço das garantias de apoio como a educação e a saúde para atrair talentos, e a construção de um sistema de apoio abrangente e diversificado para talentos; o incentivo aos jovens talentos em investigação científica, a fim de realizarem estudos de ponta para promover o regresso de mais talentos para o desenvolvimento, e a congregação de talentos de diversas áreas para servir o País, contribuindo para acelerar a concretização da alta qualidade tecnológica do País.

3. Criar um Modelo Inovador de Cooperação na Governação entre Macau e Hengqin

Macau deve aprofundar o modelo de sinergia industrial de “investigação e desenvolvimento de Macau + transformação de Hengqin” e articular-se com a estratégia nacional de desenvolvimento coordenado regional, criar um centro de serviços de transformação de resultados científicos e tecnológicos transfronteiriços e acelerar a construção do terminal de mercadorias em Hengqin, em articulação com o transporte de carga do Aeroporto Internacional de Macau, para apoiar melhor o desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço entre Guangdong e Macau e elevar o nível de modernização da cadeia industrial regional. Ao mesmo tempo, é necessário explorar a criação de um mecanismo de “Captação Conjunta de Investimentos entre Macau e Hengqin”, atraindo e desenvolvendo indústrias-chave, como circuitos integrados e medicina tradicional chinesa, para formar um aglomerado industrial com competitividade internacional. Este modelo inovador de governação demonstra as vantagens do sistema de “um país, dois sistemas” de Macau e os resultados da integração de Hengqin e Macau, e também fornece um forte suporte para a construção de um novo quadro de desenvolvimento do País.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai e Lam Fat lam em 25.11.2025

Criar novos pólos culturais, inovar a diversidade

Para promover a diversificação económica e reforçar o *soft power* cultural, foi publicado o documento de proposta da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados. O cerne do plano é construir, nas margens de Macau e da Taipa, três instalações de alto padrão, a saber, o Museu Nacional da Cultura de Macau, o Centro Internacional das Artes Performativas de Macau e o Museu Internacional de Arte Contemporânea, enquanto novos símbolos que integram a cultura, exposições, espectáculos, intercâmbio artístico, turismo, lazer e comércio. O relatório das LAG afirma que a concepção do Museu Nacional da Cultura de Macau terá início em 2026, e que terá o apoio do Ministério da Cultura e Turismo. A iniciativa vai ser primordial para a transformação económica de Macau, é uma medida estratégica para elevar a conotação cultural da cidade. Para efeitos de concretização do projecto, propomos o seguinte:

1. Reforçar a cooperação internacional e criar uma plataforma de intercâmbio e aprendizagem mútua. O projecto deve estar em consonância com o perfil de Macau, Cidade Cultural da Ásia Oriental, com o Fórum de Macau e com as instituições museológicas de topo, como o Museu Nacional, o Museu do Palácio Imperial e o Museu Britânico, no sentido de criar um mecanismo de intercâmbio regular, para efeitos de exposições especiais, empréstimos de peças, e importação de curadores e gestores de renome internacional. Mais, em sinergia com os países da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, os países de língua portuguesa e de língua espanhola, devemos organizar iniciativas como ano cultural e festival de artes, para transformar as três instalações em pólos de intercâmbio entre a cultura chinesa e as civilizações estrangeiras, em prol do reforço da expressão de Macau na arena cultural internacional e da criação da imagem viva duma “Macau cultural”.

2. Há que aprofundar a colaboração comunitária e a formação de talentos para garantir a partilha dos resultados culturais, a par de estabelecer um mecanismo interactivo de longo prazo entre tais instalações e os bairros comunitários. Há que recorrer à colaboração entre escolas e associações civis para desenvolvimento de programas educativos baseados na investigação, para cultivar a literacia cultural e o sentimento de pertença dos jovens, fornecendo espaços criativos e oportunidades de exposições e espectáculos para estimular a vitalidade cultural local e promover a criatividade local com perspectivas internacionais. O projecto deve ligar as novas instalações aos bairros antigos, integrando-se estreitamente nos planos de desenvolvimento das zonas costeiras existentes, formando assim uma rede cultural que ligue o passado ao presente, garantindo que o desenvolvimento beneficia todos. Ao mesmo tempo, há que continuar a formar os talentos locais nas áreas de curadoria, gestão artística e tecnologia cultural, injectando assim impulso no desenvolvimento sustentável da Zona Cultural.

O desenvolvimento da Zona Internacional de Macau para o Turismo e a Cultura Integrados representa uma estratégia para uma diversificação adequada da economia e é essencial para reforçar o poder cultural. Só através de uma abordagem dupla de “cooperação internacional” e “colaboração comunitária” é que se pode garantir o desenvolvimento coordenado entre os bairros novos e antigos, permitindo que a população beneficie dos frutos do desenvolvimento cultural. Há que aproveitar as oportunidades do apoio nacional e do 15.º Plano Quinquenal para transformar estas três instalações em vitrinas culturais que incorporem as vantagens do princípio “um país, dois sistemas” e façam a ponte entre as civilizações oriental e ocidental. Isto irá, sem dúvida, inaugurar um novo capítulo de desenvolvimento de alta qualidade para Macau, concretizando a visão de um progresso harmonioso e coordenado da economia e da sociedade.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 25.11.2025

As “Propostas para a formulação do 15.º Plano Quinquenal” da 4.ª Sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China constituem um papel orientador para a diversificação adequada da economia de Macau

As “Propostas para a formulação do 15.º Plano Quinquenal” da 4.ª Sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China constituem uma orientação estratégica clara para a diversificação adequada da economia de Macau; e a inovação sinérgica do sistema jurídico é a garantia central para a concretização deste objectivo. Desde a articulação com as regras regionais até à garantia dos direitos industriais, e desde o suporte do sistema de talentos até à articulação com as regras internacionais, a lei “atravessa” todo o processo, assegurando a ressonância de frequência entre as estratégias nacionais e de Macau, maximizando plenamente as vantagens do princípio “um País, dois sistemas”.

Em relação ao 15.º Plano Quinquenal, propõe-se o aperfeiçoamento legislativo relativo às seguintes três áreas:

1. Fortalecer a legislação voltada para o futuro nos sectores de tecnologia de ponta e finanças modernas para lidar com os desafios inerentes à inovação, transformação e mobilidade transfronteiriça;
2. Legislar para estabelecer normas em articulação com os direitos e interesses em matéria de educação, segurança social e habitação além-fronteiras, aumentando assim a atractividade para os talentos.
3. Melhorar os mecanismos jurídicos de cooperação com os países de língua portuguesa e língua espanhola em áreas como a mediação comercial, a arbitragem e a protecção do investimento, reforçando assim a credibilidade internacional de regras. Creio que, com o aperfeiçoamento do sistema jurídico, Macau alcançará um desenvolvimento diversificado e de alta qualidade à medida que se integra no processo de modernização da China, injectando vitalidade duradoura no Estado de direito sob o princípio “Um país, dois sistemas”.

IAOD dos Deputados Lei Wun Kong e Wong Ka Lon em 25.11.2025

Nos últimos anos, apesar da urbanização e crescimento económico, as infra-estruturas de prevenção e redução de desastres, a eficiência do trânsito e as deslocações dos residentes apresentam dificuldades prementes por resolver. Consideramos que a optimização destes três aspectos promove a eficácia das acções governativas da área dos transportes e obras públicas, em conformidade com as expectativas da sociedade.

1. Consolidar a prevenção de desastres e defender a segurança da cidade. Em 2017, o tufão Hato causou graves prejuízos, e hoje, as zonas baixas, no Porto Interior e em Coloane, continuam vulneráveis a inundações. A prevenção e redução de desastres é vital para a segurança da vida e dos bens da população, e deve ser prioridade de longo prazo.

2. Optimizar a estrutura do trânsito e resolver as dificuldades de deslocação. Até ao terceiro trimestre de 2025, o número de veículos matriculados em Macau ultrapassou 250 mil, a extensão das vias atingiu 350 quilómetros, e atravessaram a fronteira 8,16 milhões de veículos. A rede rodoviária é limitada, mas o fluxo de veículos não pára de aumentar. Os problemas como engarrafamentos nas horas de ponta e a dificuldade de encontrar estacionamento estão a afectar a qualidade de vida. Assim, há que reduzir a dependência excessiva de automóveis particulares.

3. Promover a harmonização entre o metro ligeiro e a urbanização. Prevista para 2029, a Linha Leste vai ligar as Portas do Cerco, a Zona A dos Novos Aterros e a parte norte da Taipa. A Zona A está planeada para albergar mais de 100 mil habitantes. Há que assegurar o andamento sincrónico entre a construção da linha e a urbanização, para concretizar o objectivo de “ter transporte público à porta”, maximizando-se assim a eficácia do trânsito e reduzindo-se a dependência de veículos particulares.

Pelo exposto, apresentamos três sugestões concretas:

(1) Reforçar a capacidade de prevenção de inundações considerando o critério de "obras vitais". Incluir os projectos prioritários de prevenção de inundações na gestão específica, tomando como referência o conceito holandês "conviver com a água" para expandir a capacidade de armazenamento de inundações e optimizar as infra-estruturas de drenagem, estabelecendo um sistema de monitorização em tempo real do nível das águas, procedendo regularmente aos simulacros de prevenção de catástrofes e construir um sistema de protecção em várias camadas.

(2) Optimizar a ecologia do trânsito com a estratégia de "primazia dos transportes públicos". Tomando como referência o modelo de deslocação ecológica de Singapura, no momento da revisão do planeamento de tráfego, deve definir-se o objectivo quantitativo da percentagem dos transportes públicos; rever

os diplomas para gerir de forma uniformizada os diversos meios de transporte, promover a construção de corredores exclusivos para autocarros e de instalações para "correspondência", bem como introduzir os serviços de marcação online de transporte, no sentido de incentivar a população a ter acesso privilegiado aos transportes públicos.

(3) Recorrer ao modelo de "desenvolvimento orientado para o transporte coletivo" para libertar o valor do Metro Ligeiro. Tomando como referência a experiência do MTR de Hong Kong, serão escolhidas as estações principais da zona A dos novos aterros da Linha Leste do Metro Ligeiro para promover o desenvolvimento integrado, coordenar e planear a superestrutura das estações e os terrenos circundantes, aperfeiçoando as instalações complementares, com vista a transformar o Metro Ligeiro num centro modal de transportes que impulse a renovação dos bairros comunitários.

As sugestões acima referidas visam resolver, sistematicamente, os problemas que afectam a vida da população, contribuindo para a construção de Macau como uma cidade mais segura, conveniente e habitável. Solicitamos aos serviços competentes que procedam a um estudo sério sobre o assunto e que o acompanhem.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 25.11.2025

Dar mais um passo no aperfeiçoamento da educação, em prol do cultivo de talentos para promover a prosperidade de Macau

Nas Linhas de Acção Governativa para 2026, o Governo define um plano pormenorizado sobre a educação, em articulação com as exigências do País quanto à construção de um país poderoso através da educação, ciência e tecnologia, para criar, a partir da estrutura do topo, um sistema educativo que integre a educação, a ciência, a tecnologia e os quadros qualificados, com a preparação da construção da Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, e do Centro Regional de Transferência e Transformação de Tecnologia do Ensino Superior Nacional da Grande Baía. Tudo isto corresponde ao planeamento de longo prazo do País e demonstra a alta importância que o Governo atribui ao desenvolvimento profissional, empreendedorismo e emprego dos jovens, sendo que o mesmo aproveita a oportunidade da “integração Macau-Hengqin” para cultivar e desenvolver as novas forças produtivas de qualidade de Macau, abrindo um espaço mais amplo para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens, e permitindo que Macau assuma um papel mais proactivo no desenvolvimento do País.

Quanto à área da educação, apresento as seguintes opiniões:

1. Sugere-se o desenvolvimento de um sistema de ensino profissional integrado entre a indústria e o ensino, e a promoção do desenvolvimento coordenado entre a educação e as indústrias, para aumentar a qualidade dos cursos de planeamento da carreira profissional e de estudos, e formar talentos locais; aliás, sugere-se a introdução de mais certificados profissionais reconhecidos internacionalmente e por diversos países relacionados com as quatro indústrias, a fim de elevar a competitividade global dos cidadãos e proporcionar talentos capazes para o desenvolvimento de novas forças de produtividade e indústrias de alta qualidade.

2. Sugere-se o apoio contínuo às escolas de Macau para impulsionarem a transformação e modernização digital dos recursos e instalações pedagógicas, a integração orgânica entre as novas tecnologias digitais, instalações e equipamentos, e a formação de quadros altamente qualificados, criando um modelo inovador de educação inteligente com interactividade, integração, adequação, acessibilidade e inteligência. Tal como se sugere o apoio às escolas na procura activa de oportunidades de intercâmbio e cooperação internacional, através da aprendizagem de conceitos educativos avançados, métodos pedagógicos e recursos curriculares, a fim de elevar a qualidade do ensino e a sua visão internacional.

3. Prevê-se que, a partir de Setembro do próximo ano, se iniciem actividades de ensino de pós-graduação na Cidade (Universitária) de Educação Internacional

de Macau e Hengqin. Espero que o Governo, para além de apoiar a extensão do ensino das instituições de ensino superior locais à Zona de Cooperação, promova a cooperação destas com universidades de renome mundial, introduzindo as disciplinas mais avançadas, talentos académicos e resultados académicos, em prol da transformação da Zona de Cooperação num local onde se concentrem e cultivem talentos de alta qualidade a nível internacional. Sugiro ainda que seja aprofundada a cooperação entre Hengqin e Macau na área da educação, com foco na integração coordenada e no avanço geral do ensino superior e não superior em Hengqin, para melhorar a eficácia global da educação.

4. A educação é a pedra basilar do rejuvenescimento nacional e a equidade educacional é a base importante da equidade social. O Governo deve reforçar os apoios às escolas e aos estudantes da educação inclusiva e especial, e encurtar os respectivos processos de avaliação, para que os alunos com necessidades recebam, atempadamente, apoio adequado. Mais, deve prestar atenção contínua à oferta e distribuição dos recursos humanos educativos, reforçar a formação de conhecimentos profissionais e competências do pessoal docente, estudar a integração da matéria sobre a educação inclusiva nos cursos obrigatórios para o exercício das funções docentes, aproveitar as funções dos docentes itinerantes e reforçar o apoio das equipas profissionais interdisciplinares, a fim de melhorar, efectivamente, o nível e as técnicas dos docentes no âmbito da educação inclusiva.

IAOD do Deputado Lee Koi Ian em 25.11.2025

Apostar na “economia de grandes eventos” e formar atletas de elite, em prol da modernização do turismo e lazer

Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, tem-se empenhado na “economia de grandes eventos”, promovendo uma série de eventos e festividades com influência internacional, para introduzir nova dinâmica na diversificação económica. A eficiência e a coordenação na organização da 15.^a edição dos Jogos Nacionais e da 72.^a edição do Grande Prémio melhoraram a imagem internacional de Macau, e acarretaram, através de “desporto + turismo”, retornos económicos e oportunidades de transformação.

Através dos jogos nacionais, que contaram com o envolvimento de toda a população, e do Grande Prémio, que despertou a atenção a nível internacional, o sucesso na organização de grandes eventos prova que se pode mesmo “cantar ópera chinesa em cima duma mesa”. A dimensão da cidade não restringe, de todo, a capacidade de organização. A verdadeira vantagem nuclear de Macau é a organização e a coordenação eficientes, as infra-estruturas perfeitas e a ampla participação social.

Tomando estes Jogos Nacionais como exemplo, a zona de competição de Macau concluiu com sucesso as tarefas organizacionais das competições desportivas, enquanto a delegação de Macau alcançou um avanço histórico ao garantir três medalhas de ouro e duas de bronze. Segundo as estimativas preliminares, mais de dois milhões de visitantes chegaram a Macau durante os Jogos para assistir às competições e visitar a cidade, impulsionando o desenvolvimento integrado das indústrias cultural e turística. Embora reconhecendo estas conquistas, o desafio futuro reside em transformar estes benefícios do curto prazo de realização de competições desportivas numa força motriz sustentável para o desenvolvimento de Macau, resolvendo questões fundamentais, como o estabelecimento de programas sistemáticos de cultivo de talentos para o desporto de rendimento, o aprofundamento da integração das indústrias de “desporto + turismo” e a melhoria de mecanismos para as PME partilharem dos benefícios gerados pelas competições desportivas.

Para cultivar talentos para o desporto de rendimento e aprofundar o desenvolvimento da indústria do desporto, apresento as três sugestões seguintes:

1. Melhorar o sistema de cultivo de talentos para o desporto de rendimento. Ao nível básico, há que reforçar a educação física nas escolas para melhorar a aptidão física e o entusiasmo dos jovens pelo desporto, criando uma base de talentos para o atletismo juvenil. Ao nível intermédio, há que aperfeiçoar a rede de treino amador e criar um sistema científico de desenvolvimento por níveis. Ao nível de elite, há que atribuir equipas de apoio profissional dedicadas a projectos-chave, incluindo o recrutamento de treinadores de alto nível, o estabelecimento de sistemas de apoio

à ciência do desporto, o reforço da cooperação e do intercâmbio com regiões avançadas e a promoção de uma colaboração aprofundada na formação e no desenvolvimento de talentos.

2. Estabelecer um mecanismo de apoio coordenado entre o governo, as empresas e a sociedade. Aprofundar o desenvolvimento integrado das indústrias de “competições+”, privilegiando-se o desenvolvimento de produtos turísticos desportivos centrados nos atletas excelentes e nas modalidades vantajosas, com vista a criar um circuito turístico desportivo com características próprias de Macau. Estabelecer ainda uma plataforma de pesquisa, desenvolvimento e venda de derivados de eventos e promover o desenvolvimento de novos modelos de “Desporto + Cultura” e “Desporto + Convenções e Exposições”. Por outro lado, há que empenhar-se no IP para as competições desportivas locais, criando um mercado de consumo desportivo com características próprias e atraindo os visitantes para as PME, ajudando-as a participar na cadeia de valor económico dos eventos desportivos.

3. Aperfeiçoar o mecanismo de apoio e avaliação das políticas. Elaborar planos específicos para o desenvolvimento da indústria do desporto, definindo os caminhos a seguir para o seu desenvolvimento e as políticas de apoio. Optimizar as políticas de apoio à participação das PME na economia das competições, proporcionando-lhes facilidades em termos de aquisição de bens e serviços, financiamento e utilização de espaços. Criar ainda um sistema científico de avaliação dos benefícios económicos dos eventos e acompanhar periodicamente os efeitos impulsionadores dos eventos nos sectores de turismo, venda a retalho, restauração, entre outros, a fim de garantir que os benefícios beneficiem uma camada mais ampla da sociedade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 25.11.2025

A sociedade continua, em conjunto, a criar um ambiente seguro para as mulheres e crianças

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, celebrado anualmente em 25 de Novembro, visa apelar à comunidade internacional para eliminar, em conjunto, a violência contra as mulheres e raparigas. Já se passaram mais de nove anos desde a entrada em vigor da Lei de prevenção e combate à violência doméstica em 2016, e, segundo os dados do Instituto de Acção Social, em 2017, ou seja, no início da vigência da lei, houve 96 casos de violência doméstica, enquanto se registaram 40, 55 e 27 casos, respectivamente, em 2023, 2024 e na primeira metade de 2025. Verifica-se, assim, uma tendência decrescente, o que reflecte que, com o esforço conjunto do Governo, das associações e da população, a prevenção e o combate à violência doméstica alcançaram alguns resultados.

Mas é de notar que, segundo as experiências práticas das associações de mulheres, nalguns casos, ainda há situações em que as vítimas hesitaram em denunciar, ou por causa do conceito de “roupa suja lava-se em casa”, ou por pretenderem “assegurar às crianças uma família completa”, ou, ainda, por serem cuidadores de famílias a tempo inteiro e sentirem pressão económica e habitacional. Mais, a participação obrigatória nos planos de prevenção ou no aconselhamento psicológico é aplicável apenas aos agressores condenados pelo “crime de violência doméstica”, assim, em relação a outros casos em que não tenha sido ainda proferida a sentença ou os agressores tenham sido condenados por outro crime, estes não vão receber aconselhamento psicológico atempadamente.

Para além da violência doméstica, a violência sexual contra mulheres e crianças também merece a nossa atenção. Especialmente, o Procurador do Ministério Público, Tong Hio Fong referiu, há dias, na sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2025/2026, que, no ano judiciário passado, foram instaurados 61 processos relacionados com crimes sexuais contra menores, um aumento de 27,08 por cento em termos anuais, sendo 26 de abuso sexual de crianças, 9 de estupro, 1 de lenocínio de menor e 25 de pornografia de menores, todos registando um aumento em comparação com o ano judiciário anterior. Os referidos problemas devem ser resolvidos com o esforço conjunto de toda a sociedade, para se criar um ambiente social seguro para as mulheres e crianças.

Sugiro então o seguinte:

1. Rever e aperfeiçoar os diplomas legais com o esforço conjunto do Governo e da sociedade. O próximo ano assinala o 10.º ano da entrada em vigor da Lei da violência doméstica e o 9.º ano da revisão das disposições do “Código Penal” relativas aos crimes sexuais, por isso, todas as partes envolvidas já acumularam alguns casos e experiências no âmbito da execução da lei, judicial e de apoio. Assim, na minha opinião, há necessidade de rever esses diplomas legais, após um

determinado período de aplicação, por isso, sugiro que os serviços públicos colaborem com as associações, instituições de serviços e pessoal da linha da frente, para fazer um balanço e apresentar um relatório sobre a situação real verificada na execução da lei, fornecendo suportes para a sua optimização e revisão no futuro.

2. Reforçar as medidas auxiliares destinadas ao crime e às vítimas de maus-tratos. Criar, segundo as necessidades reais dos diversos casos de violência doméstica, um mecanismo de apoio abrangente e de longo prazo, para resolver problemas de habitação, economia, emprego, guarda dos filhos, e casamento e sustento das vítimas, para que estas e as suas famílias se possam adaptar, de forma ordenada, às mudanças da vida. Reforçar ainda os serviços de aconselhamento aos autores e às vítimas, e aos respectivos menores e membros da família, bem como estudar o aperfeiçoamento das respectivas normas de penas acessórias, obrigando os autores a receberem os respectivos aconselhamento e educação com antecedência.

3. Promover acções abrangentes de divulgação. Continuar a reforçar as acções de divulgação da Lei de prevenção e combate à violência doméstica e das disposições legais relativas aos crimes sexuais do Código Penal, a fim de elevar a consciência de participação activa e de autoprotecção de mulheres e crianças; e divulgar, através das associações, escolas e plataformas de redes sociais *online* e *offline*, as responsabilidades e os prejuízos da violência doméstica e dos actos sexuais, junto das diferentes profissões, nacionalidades e faixas etárias, por forma a criar na sociedade um ambiente de “tolerância zero” para a violência doméstica e o abuso sexual.

IAOD da Deputada Loi I Weng em 25.11.2025

Promover o desenvolvimento urbano amigo dos animais em prol da construção de uma sociedade harmoniosa entre humanos e animais de estimação

As práticas amigas dos animais não só reúnem um consenso geral entre os residentes na sociedade moderna, mas também reflectem o nível de civilização e preocupação humanitária de uma cidade. Com o desenvolvimento social e as crescentes expectativas dos residentes em relação à qualidade de vida, a coexistência harmoniosa entre humanos e animais tornou-se um aspecto indispensável da gestão urbana. Nos últimos anos, o Governo tem vindo a melhorar, progressivamente, a legislação complementar em matéria de protecção animal. Em particular, a implementação da Lei de protecção dos animais representa um avanço significativo na salvaguarda do seu bem-estar em Macau, proporcionando garantias institucionais cruciais para a promoção de uma sociedade amiga dos animais.

Desde que a Lei de protecção dos animais entrou em vigor, há dez anos, a sociedade tem opinado sobre a melhoria da eficácia da lei no combate à crueldade contra os animais e dos efeitos da sua aplicação. Segundo muitos residentes, a legislação vigente depara-se com desafios de aplicação e com um âmbito de protecção insuficiente, não satisfazendo, assim, plenamente as expectativas sociais em matéria de protecção dos animais. Entretanto, à medida que o número de famílias com animais de estimação em Macau continua a aumentar, a inadequação e obsolescência das instalações comunitárias para animais de estimação tornam-se cada vez mais evidentes. A sociedade espera que as autoridades avaliem e melhorem, em tempo útil, a legislação e as medidas complementares em causa, reforçando ainda mais os mecanismos de protecção dos animais e promovendo instalações comunitárias que acompanhem os tempos, concretizando assim uma visão social de coexistência harmoniosa entre humanos e animais, e construindo uma cidade amiga dos animais de estimação, onde pessoas e animais vivam harmoniosamente.

Para o efeito, apresento as três sugestões específicas seguintes:

1. Revisão e optimização, em tempo oportuno, da “Lei de protecção dos animais”, para aumentar os seus efeitos dissuasores

Sugere-se ao Governo que inicie, o mais breve possível, a revisão global da Lei de protecção dos animais, auscultando amplamente as opiniões das associações de protecção dos animais e de veterinárias e do público em geral, e proceda a uma análise aprofundada das dificuldades na aplicação da lei vigente e dos pontos cegos na protecção e, especialmente, tendo em conta os diferentes graus de maus-tratos contra animais, deve ponderar a criação de um mecanismo de penalização por diferentes níveis e de penas mais claras e com efeitos

dissuasores, a fim de aperfeiçoar as funções de prevenção e punição, concretizando efectivamente a opção legislativa de proteger os animais.

2. Divulgação dos dados relativos às autuações e reforço da cooperação interdepartamental, para elevar a transparência e a eficácia da execução da lei

Em 2021, o Governo afirmou que ia rever e divulgar os dados sobre as sanções aplicadas à Lei de protecção dos animais, mas, até ao momento, nada foi publicado. Sugere-se ao Governo que divulgue periodicamente as estatísticas da execução da lei e aperfeiçoe a classificação dos dados e a transparência, para que a sociedade possa fiscalizar a eficácia dessa execução. Ao mesmo tempo, deve reforçar o mecanismo de cooperação entre o IAM, as forças de segurança e outros serviços competentes, e criar um processo regular de execução conjunta da lei e de comunicação de casos, reforçando especialmente o acompanhamento e o apoio aos interessados, no sentido de assegurar que as sanções administrativas e os poderes de acusação penal atribuídos pela lei possam ser eficazmente exercidos.

3. Criação e aperfeiçoamento das instalações inclusivas entre pessoas e animais de estimação, para promover a construção de um ambiente amigável na comunidade

Face à crescente procura de espaços amigáveis para animais de estimação por parte dos residentes, sugere-se ao Governo que, para além de continuar a otimizar as condições e instalações complementares das zonas de passeio para cães, pondere, de forma activa, aproveitar as obras de construção das instalações de lazer em curso, incluindo as obras de ordenamento do “mudflat” ao longo da Avenida Norte do Hipódromo e a segunda fase do Corredor Verde da Margem Sul, prevendo a criação de um parque amigável para os animais de estimação ou de uma área exclusiva com uma grande área e equipamentos mais aperfeiçoados, com vista a proporcionar um espaço de actividades seguro e confortável. Ao mesmo tempo, sugere-se ao Governo a elaboração de orientações para a operação higiénica de restaurantes “amigos” dos animais de estimação e a disponibilização de apoio técnico, entre outras medidas amigáveis, e, sem prejuízo da saúde pública e dos direitos e interesses dos clientes, incentivar mais estabelecimentos de restauração e de comércio a candidatarem-se para se tornarem estabelecimentos “amigos” de animais de estimação, com vista à criação gradual de um ambiente comunitário que favoreça, de forma plena, a solidariedade entre as pessoas e os animais de estimação.

IAOD do Deputado Vong Hou Piu em 25.11.2025

Acelerar a reparação dos prédios velhos e melhorar o ambiente habitacional dos bairros comunitários

Macau é uma cidade densamente povoada e com poucos recursos de solos, e com o alto desenvolvimento, muitos prédios dos bairros antigos estão a enfrentar o agravamento do seu envelhecimento. Segundo os dados disponíveis, existem em Macau mais de 4000 prédios com mais de 30 anos e alguns com mais de 50. A falta de manutenção, o desprendimento dos revestimentos das paredes exteriores, a ferrugem das armaduras e o envelhecimento das canalizações, etc., afectam a fisionomia da cidade e ameaçam directamente a segurança dos residentes e dos transeuntes.

Segundo o “Regime jurídico da construção urbana”, os proprietários devem proceder à conservação e reparação periódicas dos prédios e solicitar ao Fundo de Reparação Predial apoio financeiro. Mas existem ainda muitos obstáculos ao nível da sua execução. Muitos prédios antigos são prédios dos “três não”, sem órgão administrativo, empresa de administração e aos quais nem os moradores ligam. Assim, há grandes dificuldades na preparação das obras de reparação. Mais, o referido Regime já entrou em vigor há mais de dois anos, mas o ritmo da renovação urbana continua estagnado, pois não há prédios reconstruídos de acordo com a lei. Quanto aos procedimentos de candidatura e ao âmbito de apoio financeiro do referido Fundo, há espaço para melhorias, para corresponder melhor às necessidades reais dos proprietários.

Face ao exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Melhorar as políticas de apoio financeiro para a reparação e simplificar os respectivos procedimentos

Deve-se alargar o âmbito do apoio do “Fundo de Reparação Predial”, passando a abranger obras consideradas necessárias, tais como inspecção de estruturas, actualização de sistemas de combate a incêndios e substituição de elevadores. Deve-se ainda simplificar o processo de candidatura, criando um balcão de serviços “one-stop” para prestar consultoria técnica e apoio à fiscalização de obras, no sentido de apoiar os proprietários na apresentação dos seus pedidos, especialmente no caso dos “prédios de três não”.

2. Implementar o “Programa de prolongamento da longevidade dos prédios”

Para os edifícios com mais de 30 anos, deve ser prestado apoio financeiro para inspecções periódicas de segurança estrutural e concedido apoio diferenciado para reparações consoante o nível de risco. Deve-se ainda dar prioridade ao tratamento das situações de “duplo envelhecimento - morador e habitação”, melhorar o

ambiente habitacional dos idosos, promover a manutenção preventiva e evitar que os pequenos problemas evoluam para grandes crises.

3. Promover o planeamento geral das zonas e coordenar a renovação urbana e predial

A renovação urbana não passa apenas pela reconstrução de edifícios, mas também pelo planeamento geral das zonas. Sugere-se ao Governo que, para além de limitar a densidade populacional das zonas, tome em consideração a orientação geral do planeamento, conjugando o ordenamento ambiental dos bairros antigos e a optimização das instalações públicas, e promovendo, em conjunto, o ambiente comunitário.

4. Reforçar as acções de divulgação e sensibilização, elevando a consciência de responsabilidade dos proprietários

Muitos proprietários não têm conhecimentos suficientes sobre a reparação predial, o que agrava a situação dos edifícios em mau estado de conservação. Sugere-se ao Governo que reforce as acções de divulgação e sensibilização, através da realização de palestras nos bairros comunitários e de folhetos de divulgação, entre outras formas, para explicar aos proprietários a importância da reparação dos edifícios e a respectiva responsabilidade legal, elevando assim a consciência e o sentido de responsabilidade dos proprietários em relação à manutenção e reparação predial.

A reparação não só tem a ver com a segurança da habitação de alguns proprietários, como também com a qualidade do ambiente e a segurança pública. O Governo deve recorrer ao regime jurídico, ao investimento em recursos, à prestação de apoio profissional e à educação do público, no sentido de criar um sistema mais aperfeiçoado e eficaz para a reparação predial, por forma a melhorar efectivamente o ambiente habitacional dos moradores dos bairros antigos, Elevando assim a imagem e a qualidade de vida de toda a cidade de Macau.

José Maria Pereira Coutinho

O aumento da competitividade da indústria do Jogo e a diversificação económica da RAEM baseado nos pilares de criação de novos postos de trabalho e receitas suficientes para cobrir as despesas públicas

Nestes últimos 26 anos da existência da RAEM realçamos o sucesso na arrecadação anual das receitas fiscais do jogo que permitiram construir uma excelente "almofada" nas reservas financeiras.

Também o aumento sustentável das licenças de Jogo contribuíram para criar e aumentar novos postos de trabalho, diminuir drasticamente a taxa de desemprego, incrementando-se o consumo interno e elevando os índices de felicidade dos cidadãos.

Devido à excessiva dependência de uma única indústria, Governo de Macau tem continuado a trabalhar na diversificação económica com objectivo de criar e aumentar outras receitas de provenientes de distintas actividades económicas para cobrir o constante aumento anual da despesa pública.

Mas este trabalho não tem sido fácil, sem esquecer que o PIB de Macau tem sido sempre influenciado pela indústria do jogo.

As receitas públicas da RAEM continuam a ser desproporcionalmente provenientes da indústria do jogo, representando cerca de 86,2% do total arrecadado (Janeiro-Julho 2025).

E a procura por outras fontes de receitas está torna-se difícil e desafiadora porque os outros sectores, como o turismo não-jogo ainda não conseguem gerar um volume de arrecadação de impostos a não ser que estejam interligados directa ou indirectamente com o sector de jogo.

Salientamos o elevado fardo do erário público com as elevadas despesas de manutenção do Metro Ligeiro, Hospital das Ilhas e as despesas com o PIDDA.

Sem descurar os esforços na diversificação económica o Governo de Macau deve esforçar na implementação de políticas que permitam aumentar a competitividade da indústria do jogo face à elevada concorrência proveniente das regiões adjacentes que funcionam em condições muito mais vantajosas quer no âmbito fiscal quer no pagamento das comissões.

Finalizo por dizer que indústria do Jogo não deve andar de "costas voltadas" quanto aos avanços na inovação de novos jogos, que estão a ser desenvolvidos pelas empresas concorrentes sediadas nas regiões adjacentes incluindo-se a necessidade de modernização da gestão e capacidade de atracção e captação de turistas estrangeiros.

Para ser concretizável será necessário implementar políticas de apoio às empresas concessionárias poderem concretizar os referidos desideratos nomeadamente a vinda directa de turistas estrangeiros quer da América, Europa e países asiáticos através do Aeroporto Internacional de Macau.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 25.11.2025

Acelerar a reposição dos trabalhos dos grandes eventos e reduzir o impacto na vida quotidiana da população

O 72º Grande Prémio de Macau foi realizado com sucesso no dia 16 de Novembro de 2025. Todos os anos, quando se aproxima o Grande Prémio, são realizadas várias obras provisórias ao longo do Circuito da Guia, nomeadamente, pavimentação, reparação, instalação de três pisos de guarda de aço, redes de protecção, portões, bancadas, barreiras de protecção, para garantir a segurança do evento e o cumprimento das datas. Tanto o Governo como a comunicação social têm reiterado a necessidade de instalação de equipamentos de alta protecção, especialmente na Curva Lisboa e na Curva Melco, o que mereceu a compreensão e apoio da sociedade.

O Grande Prémio de Macau já se tornou um “cartão de visita” da cidade, com significado relevante para o turismo, a economia e a sua imagem internacional, um alicerce importante na construção de Macau como "Cidade de Festividades". Com o aumento constante da população, fazer bem as coisas, actuar de forma mais eficaz e com menos incómodos para a população são questões cruciais que o Governo tem de enfrentar. Face às obras subjacentes ao Grande Prémio, o Governo sempre foi muito eficiente, no entanto, após o evento, a remoção das barreiras de protecção, a reposição das vias e dos espaços comunitários são muito lentos, com atrasos sobre os quais não há justificação clara.

Segundo muitos residentes, vários dias após o fim do evento, há barreiras de protecção e instalações temporárias por remover, sendo esta situação particularmente notável nas zonas do Reservatório / Guia e nas proximidades da curva do Hotel Lisboa. As vias públicas que não estão totalmente reabertas e os lugares de estacionamento que não são repostos atempadamente afectam gravemente os residentes nas suas deslocações para o trabalho e para a escola, e no transporte das crianças, bem como os comerciantes nas operações de carga e descarga de mercadorias, agravando-se os congestionamentos e os desvios de trânsito. O que causa ainda maior descontentamento entre os cidadãos é o facto de a instalação das barreiras ser rapidamente concluída, enquanto a desmontagem se arrasta. Se as instalações temporárias são montadas para servir o grande evento e a reposição faz parte dos trabalhos do evento, então, qual é razão da falta de uniformização dos critérios e de rigor?

Na conferência de imprensa realizada antes do início do evento, o Governo referiu que a instalação de portões móveis visa “reabrir o circuito o mais rapidamente possível e reduzir o impacto sobre os condutores”. Dado que a “reabertura rápida” é, por si só, um objectivo político, o problema da lentidão na reposição pós-evento não é um mero pormenor, mas sim uma falha no cumprimento desse compromisso. Além disso, Macau acolhe não apenas o Grande Prémio, mas também o Festival de Gastronomia, a Feira de Artesanato do Tap

Siac, concertos, competições desportivas, entre outros, os quais o Governo coordena rapidamente durante a fase de preparação. No entanto, quando os eventos terminam e é necessário devolver os espaços públicos aos residentes, surgem frequentemente os velhos problemas de “montagem rápida, desmontagem lenta”. Este padrão, com o tempo, vai erodir o apoio dos cidadãos às políticas de grandes eventos.

Assim, os serviços competentes devem rever globalmente os trabalhos de remoção e reposição após as corridas de automóveis e acompanhar a situação de perto. Em concreto, as autoridades devem esclarecer o seguinte: em que segmentos viários foi concluída a remoção e retomada a circulação e estacionamento dos veículos; em quais ainda não foi e a razão do atraso. Os serviços competentes devem publicar um “aviso sobre o andamento da reposição pós-corridas”, que seja claro e do qual conste a calendarização da reposição de cada segmento, com actualização diária.

Mais, o Governo tem de resolver, ao nível institucional, o velho problema de “rápida construção e lenta remoção”. Para os futuros contratos relacionados com as instalações provisórias destinadas ao automobilismo, há que prever “o prazo de reposição” como indicador fixo nas cláusulas contratuais, definindo prazos claros de conclusão, exigências relativas à entrega de cada segmento e responsabilidades do incumprimento contratual. Mais, há que criar mecanismos para avaliar o desempenho do organizador e dos serviços competentes, bem como para efectivar suas responsabilidades, assegurando uma alta eficiência das obras, quer antes quer depois das competições, em vez de “entradas de leão, saídas de sendeiro”, com vista a que os espaços públicos e as funções das vias voltem a estar ao dispor da população.

IAOD do Deputado Chan Hao Weng em 25.11.2025

Resultados alcançados por Macau na organização dos 15.ºs Jogos Nacionais e perspectivas para o futuro

Boa tarde a todos! É com grande orgulho que partilho, hoje, com todos vós, os excelentes resultados alcançados por Macau na organização dos 15.ºs Jogos Nacionais. Este evento desportivo, coorganizado pela primeira vez por Guangdong, Hong Kong e Macau, não constituiu apenas uma competição de alto nível, como também um exemplo esplêndido da integração de Macau no desenvolvimento nacional sob o princípio de “um país, dois sistemas” e da demonstração das sinergias regionais.

I. Preparação científica: Colaboração eficiente e avanço inovador

O sucesso da Zona de Competição de Macau não teria sido possível sem o planeamento cuidadoso do Governo da RAEM e da colaboração eficiente dos diversos sectores da sociedade. O Gabinete Preparatório para a Organização da Zona de Competição de Macau expandiu-se rapidamente de 17 para mais de 70 pessoas, tendo sido criados grupos de trabalho especializados, nomeadamente, de promoção, de competição, de atendimento, entre outros, com vista a garantir o funcionamento eficaz das provas, com uma estrutura organizativa madura.

- Força do voluntariado: mais de 3500 voluntários, depois de receberem formação sistemática, dedicaram-se a servir o evento, tornando o seu entusiasmo e profissionalismo no cartão-de-visita mais comovedor da Zona de Competição de Macau.

- Cooperação inovadora: face às provas transfronteiriças, marcantes na história, Macau cooperou com Guangdong e Hong Kong, para criar, pela primeira vez, a tecnologia de “passagem sem contacto” no ciclismo de estrada, permitindo aos atletas atravessarem as três regiões sem parar. Esta iniciativa não foi apenas pioneira nos Jogos Nacionais, mas também um marco na articulação das regras da Grande Baía.

II. Atletas de Macau: “Competir em casa” e avanço histórico

Nestes Jogos Nacionais, Macau enviou a maior delegação da sua história para participar em várias competições, incluindo ténis de mesa, triatlo e voleibol feminino, tendo alcançado resultados notáveis.

- Elevação do nível competitivo: a atleta de atletismo de Macau, Loi Im Lan, entrou historicamente nas finais dos 100 metros femininos, um grande progresso no desporto de Macau.

- Orgulho em “competir em casa”: os atletas competiram com os melhores jogadores à porta de casa, o que não só aumentou o seu nível técnico, como também estimulou o sentimento de amor à Pátria e a Macau por toda a cidade. Segundo os treinadores, os Jogos Nacionais representam um vivo ensinamento sobre o amor à Pátria e a Macau, reforçando a coesão social e a identidade nacional.

III. Benefícios e resultados: vitalidade económica e inovação

Os Jogos Nacionais trouxeram a Macau influências positivas de vários níveis, com benefícios em áreas além da área desportiva:

1. Impulso económico e turístico: durante o evento, registou-se um aumento notório de visitantes em Guangdong, Hong Kong e Macau, com Cantão e Shenzhen a receberem 18,049 milhões de visitantes, e, ainda, um aumento significativo do consumo turístico face ao período homólogo do ano passado. Através do modelo "Desporto + Turismo", Macau combinou os Jogos Nacionais com o Grande Prémio e conseguiu, deste modo, impulsionar o consumo local, tendo contribuído para o desenvolvimento diversificado da economia.

2. Imagem da cidade e inovação verde: a Zona de Competição de Macau, em resposta ao apelo dos "Jogos Nacionais verdes", activou o plano de neutralidade carbónica, efectuou um cálculo de carbono abrangente sobre, por exemplo, o consumo energético dos pavilhões e os transportes, e promoveu a aplicação de electricidade verde, um contributo de referência para o desenvolvimento sustentável das grandes competições.

3. Demonstração da integração regional: através do mecanismo inovador de "um evento realizado em três regiões" e "um regulamento para três regiões", Guangdong, Hong Kong e Macau conseguiram um fluxo eficiente de pessoas e materiais na organização das competições, gerando, assim, experiências valiosas para a futura cooperação entre as três regiões em áreas mais amplas.

IV. Perspectivas de futuro perspectivo: herança dos Jogos Nacionais e demonstração de integração

O sucesso dos Jogos Nacionais é uma herança profunda para Macau:

- Desporto em prol da população: promoveu a prática desportiva entre a população.

- Modelo de cooperação regional: a presente edição dos Jogos Nacionais demonstra, de forma dinâmica, as vantagens de “um país, dois sistemas”. O seu modelo cooperativo gera um modelo reproduzível para a integração profunda da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau nas áreas de economia e comércio, inovação tecnológica e protecção ambiental, entre outras.

- Incentivo aos jovens: a participação nos Jogos Nacionais enfatizou o sentido de identidade nacional e o sentimento de anfitrião dos jogos dos jovens de Macau, injectando um dinamismo ao desenvolvimento futuro de Macau

Conclusão:

Os Jogos Nacionais não foram apenas um palco de competições, mas sim um passo crucial para a integração de Macau no desenvolvimento nacional. Vamos transformar este entusiasmo em força motriz de longo prazo e construir, em conjunto, uma cidade de Macau dinâmica, com vista ao maior contributo para a integração e o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau!